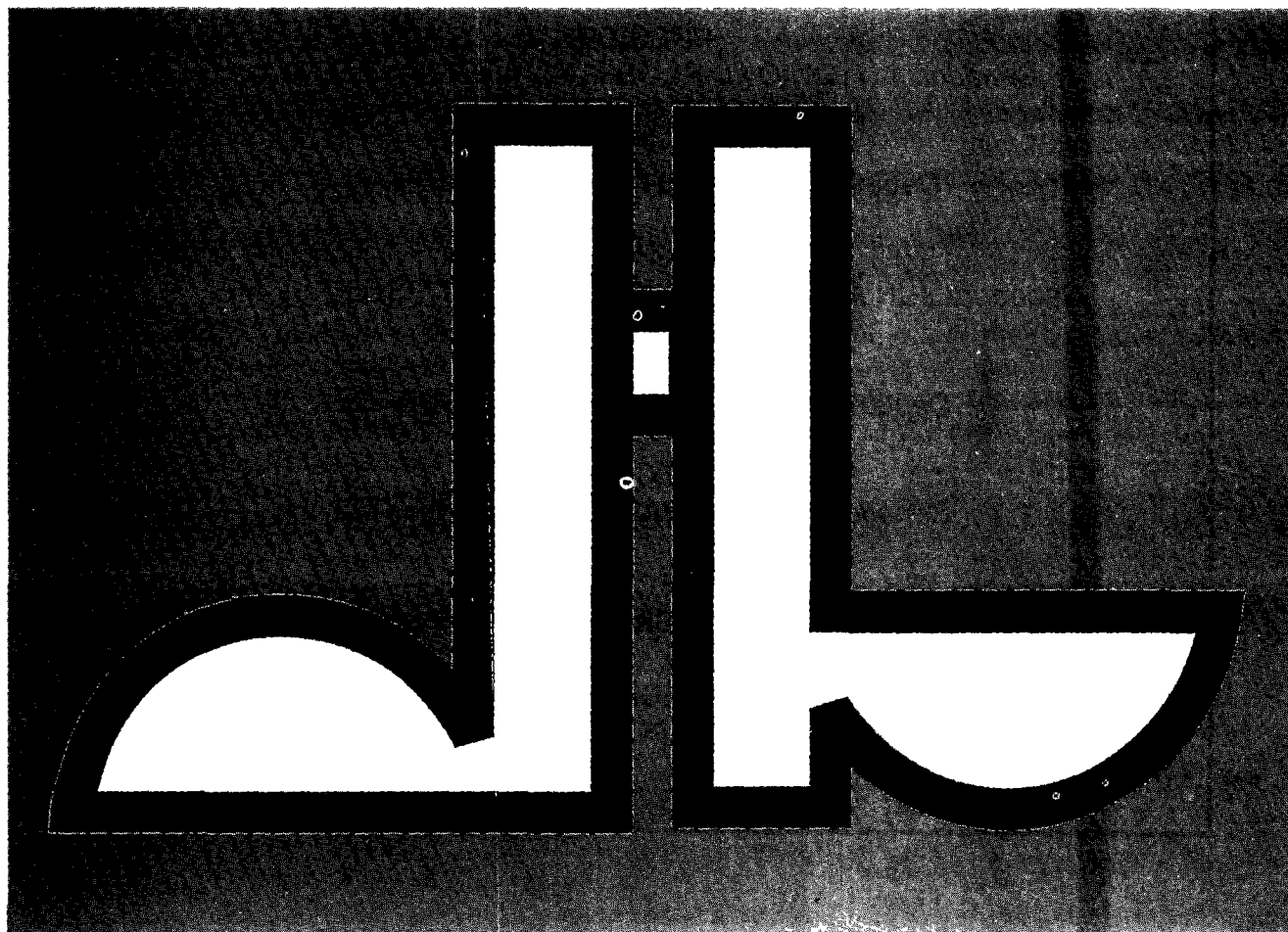




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SESSÃO CONJUNTA

NO LIII - Nº 003

TERÇA-FEIRA, 17 DE FEVEREIRO DE 1998

BRASÍLIA - DF

Republicado por incorreção no anterior

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

PRESIDENTE

Senador **ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - PFL -BA**

1º VICE-PRESIDENTE

Deputado **HERÁCLITO FORTES - PFL-PI**

2º VICE-PRESIDENTE

Senadora **JÚNIA MARISE - Bloco - (PT/PDT/PSB/PPS) -MG**

1º SECRETÁRIO

Deputado **UBIRATAN AGUIAR - PSDB- CE**

2º SECRETÁRIO

Senador **CARLOS PATROCÍNIO - PFL-TO**

3º SECRETÁRIO

Deputado **PAULO PAIM - Bloco (PT/PDT/PSB/PPS) - RS**

4º SECRETÁRIO

Senador **LUCÍDIO PORTELLA - PPB -PI**

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 1ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 16 DE FEVEREIRO DE 1998

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada à instalação dos trabalhos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura..... 00018

1.3 – LEITURA DE MENSAGEM PRESIDENCIAL

1.4 – FALA DA PRESIDÊNCIA (Antonio Carlos Magalhães)

1.5 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DE COMISSÃO

1ª Reunião da Comissão Representativa do Congresso Nacional, realizada em 16 de dezembro de 1997..... 00027

3 – MESA DO CONGRESSO NACIONAL

4 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

5 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

6 – CONSELHO COMPOSTO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 1, DE 1998 – CN

Ata da 1ª Sessão Conjunta (solene) em 16 de fevereiro de 1998

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura

Presidência do Sr. Antonio Carlos Magalhães

(Inicia-se a sessão às 15 horas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Declaro aberta a sessão de instalação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura.

Convido os presentes para ouvirem, de pé, a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Encontra-se presente o Exmº Sr. Ministro Clóvis de Barros Carvalho, Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que traz a Mensagem do Senhor Presidente da República para entregar ao Poder Legislativo.

(O Sr. Ministro, que se encontra compondo a Mesa, levanta-se e faz a entrega da Mensagem ao Presidente do Senado Federal.)

O Sr. 1º Secretário em exercício, Deputado Paulo Paim, irá proceder à leitura da introdução da mensagem.

É lida a seguinte:

MENSAGEM

DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Ao me dirigir a Vossas Excelências na abertura da quarta e última sessão ordinária desta legislatura, sejam minhas primeiras palavras para registrar, perante a Nação, o reconhecimento devido ao formidável saldo de realizações acumulado por essa Casa de Leis nestes três anos. Um saldo ao qual ainda irá se somar – estou seguro – a deliberação final sobre matérias importantes no decorrer da sessão que se inicia.

É possível que o Congresso Nacional tenha trabalhado com a mesma intensidade em outros períodos no passado. Mas, sem receio de cometer injustiça, posso afirmar: nenhuma legislatura – exceto as Constituintes – terá produzido tanto, em termos

da amplitude e importância das modificações introduzidas no ordenamento jurídico do País.

A visão de conjunto da agenda deliberativa cumprida em apenas três anos dignifica essa Casa e reforça a confiança nos rumos do Brasil.

Leis para um país em transformação

No campo econômico, a legislação aprovada por Vossas Excelências abre caminho para uma ampla reestruturação, cujos resultados já começam a se tornar visíveis e que irão se desdobrar ao longo da próxima década, marcando um novo e promissor ciclo de desenvolvimento do País.

Com as emendas constitucionais sobre petróleo, telecomunicações, distribuição de gás, navegação de cabotagem, mineração e resseguros, o Brasil virou uma página da sua história econômica, marcada pelos monopólios estatais e restrições aos investimentos estrangeiros.

Uma nova página começou a ser escrita a partir das leis sobre concessão de serviços públicos; produção independente de energia elétrica; televisão a cabo; transferência da exploração de rodovias e portos federais para os Estados e a iniciativa privada; regime geral das telecomunicações; produção mineral; política nacional de recursos hídricos; criação das novas agências reguladoras dos setores de energia elétrica, petróleo e telecomunicações.

A necessidade de compatibilizar a legislação brasileira com as normas internacionais de proteção da propriedade intelectual teve resposta nas leis de patentes e cultivares, além dos projetos de lei de "software" e direito de autor, em fase adiantada de tramitação.

Paralelamente à abertura da economia, a preocupação de assegurar a competitividade da produção nacional inspirou leis sobre direitos "antidumping" e compensatórios; redução da carga tributária sobre exportações e bens de capital; imposto de renda das empresas; securitização das dívidas do setor agrícola; Registro Especial Brasileiro de navegação; segurança do tráfego aquaviário; subvenção à indústria pesqueira; regime automotivo; incentivos para o desenvolvimento regional; fundo de avais; simplificação do regime tributário das micro e pequenas empresas.

A busca de novas fontes de financiamento do crescimento econômico resultou nas leis criando o Fundo de Aposentadoria Programada Individual e o Sistema Financeiro Imobiliário.

No campo fiscal, os esforços para redução do déficit público contaram com a solidariedade do Congresso por meio das emendas constitucionais sobre

o Fundo de Estabilização Fiscal e a Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira – CPMF, e regras para o refinanciamento das dívidas dos Estados. A rápida aprovação das medidas econômicas adotadas pelo Executivo em novembro último foi crucial para defender a moeda brasileira da turbulência desencadeada pela crise das bolsas asiáticas.

No campo social, a democratização e a melhoria da qualidade do ensino tiveram apoio decidido dessa Casa com a emenda constitucional criando o Fundo de Valorização do Magistério e do Ensino Fundamental, as leis sobre o Plano Nacional de Educação, crédito educativo e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Uma lei aprovada no fim do ano passado permitirá que o orçamento da União destine recursos a programas municipais de bolsa-escola para famílias carentes.

Leis sobre planejamento familiar, distribuição de medicamentos aos portadores de AIDS e transplante de órgãos apontam para avanços importantes na área da saúde, sem esquecer o projeto de lei sobre planos de saúde, pendente de apreciação final pelo Senado.

Um notável florescimento da atividade cultural, especialmente da produção audiovisual, tem lugar ao amparo dos incentivos fiscais aprovados pelo Congresso.

As leis sobre rito sumário de desapropriação de imóvel rural, o novo Imposto Territorial Rural, a intervenção do Ministério Público nos conflitos fundiários e a criação do Banco da Terra possibilitam um salto de qualidade no processo de reforma agrária, rompendo os bloqueios burocráticos e ideológicos que o emperravam.

Os direitos humanos e a cidadania ganharam instrumentos vigorosos de afirmação com as leis sobre desaparecidos políticos, estatuto dos refugiados, crimes de tortura, crimes resultantes de preconceito de raça, controle de armas, gratuidade do registro civil e o novo Código de Trânsito Brasileiro.

Organizar a maioria, responsabilidade democrática

Afortunado é o país que conta com legisladores sintonizados com as aspirações de seu povo e capazes de responder com rapidez e propriedade aos desafios do mundo em transformação.

Além da vastidão territorial e da pujança econômica, o que destaca positivamente o Brasil entre os países em desenvolvimento, no panorama inter-

nacional deste fim de século XX, é o vigor da nossa democracia.

Não posso esconder o orgulho de me sentir, junto com os Senhores Membros do Congresso, co-responsável por essa conquista.

Tanto quanto eleições limpas, o que caracteriza as democracias maduras é a capacidade de produzir decisões eficazes num ambiente de liberdade e pluralismo. Em outras palavras, a capacidade de traduzir a **maioria eleitoral** momentânea numa **maioria política** estável.

O Brasil de hoje passa com galhardia no teste da governabilidade democrática. Sabemos, os Senhores Congressistas e o Presidente da República, que isso não é uma dádiva dos céus. É fruto do exercício permanente de paciência, humildade e compreensão recíproca a que temos nos dedicado para construir consenso em torno de questões complexas.

Aqui e ali, sou criticado pelo que seria a ênfase excessivamente "congressual" do meu Governo, como se o tempo empregado em entendimentos com o Congresso desviasse a atenção do Presidente e seus auxiliares dos verdadeiros anseios da sociedade. Ao mesmo tempo, vejo a oposição arvorar-se em defensora exclusiva da independência do Legislativo, como se esta fosse maculada pelo apoio consistente da maioria às propostas do Governo.

Enganam-se os críticos de ambas as vertentes. Primeiro, porque ignoram que organizar a maioria política para dar consequência à maioria eleitoral é uma responsabilidade inerente ao modo democrático de governar. Segundo, porque desconsideram o fato de que a maioria que tem respaldado o Governo nessa Casa, longe de ser um mero somatório de interesses políticos imediatos, é consistente na medida em que se embasa num amplo consenso social sobre os rumos do País.

Se hoje existe uma convergência sem precedentes de forças na política brasileira, é antes de tudo porque existe convergência na sociedade brasileira. O Brasil sabe o que quer e tem uma democracia capaz de traduzir esse querer coletivo em decisões políticas, tanto na esfera do Legislativo como do Executivo. Isso é que faz a diferença.

Queremos **desenvolvimento com justiça social** – um desenvolvimento que signifique melhores condições de vida para todos os brasileiros e resgate os milhões de excluídos pela miséria. E o que é mais importante: temos clareza da estratégia para avançar na direção almejada. Os elementos básicos dessa estratégia permeiam tanto a agenda do Con-

gresso como as ações do Governo, das quais esta Mensagem presta contas.

Crescimento com estabilidade e continuidade

O novo modelo de desenvolvimento cujas bases estamos assentando supõe, antes de mais nada, crescimento continuado, o qual por sua vez depende da manutenção da estabilidade econômica alcançada com o Plano Real.

O Brasil completou em 1997 seu quinto ano consecutivo de crescimento, superando o padrão de avanços e recuos da década de 80. De 1993 a 1997, a economia brasileira cresceu 22,7%, mais do que nos oito anos anteriores. A revisão dos cálculos do Produto Interno Bruto recém-completada pelo IBGE situa-nos como a sétima maior economia do planeta. Ainda mais significativo, o PIB "per capita" voltou a crescer e já ultrapassa a marca dos US\$ 5 mil, o que nos coloca no grupo dos países de renda média.

Como antecipávamos um ano atrás, o eixo dinâmico da economia também mudou: deslocou-se do setor de bens de consumo duráveis, que predominou nos dois primeiros anos após o Plano Real, para o setor de bens de capital. Isto significa que o investimento, mais do que o consumo, passa a impulsionar a produção industrial.

A evolução positiva dos indicadores sobre importação de bens de capital e formação bruta de capital fixo, em 1997, confirma essa tendência, que é a mais desejável do ponto de vista da continuidade do novo ciclo de crescimento. A taxa de investimento como proporção do PIB vem aumentando consistentemente; passou de 16,1% no primeiro trimestre de 1996 para 18,6% no terceiro trimestre de 1997. O ingresso líquido de investimento direto estrangeiro somou US\$ 17 bilhões nos doze meses terminados em novembro de 1997, contra US\$ 1,7 bilhão em 1994.

Quanto à estabilidade de preços, os resultados alcançados em 1997 superaram as previsões mais otimistas. A inflação medida pelos principais índices fechou o ano em torno dos cinco por cento – a menor marca dos últimos 46 anos. A flexibilização das variações de preços, que oscilaram entre zero e um por cento nos últimos doze meses, comprova a quebra dos mecanismos que realimentavam a inflação no passado, quando a taxa de um mês tendia a ser o piso da taxa do mês seguinte.

O progressivo arrefecimento dos preços de aluguéis e serviços, que subiram bem acima da média após o Plano Real, mostra que ainda há muito espaço para a queda da inflação, justificando as expectativas de um índice abaixo dos quatro por cento em 1998.

Sabemos que a estabilidade é uma condição essencial para a continuidade do crescimento. Não haveria retomada dos investimentos se o horizonte dos agentes econômicos continuasse turvado pela superinflação.

A grande questão é conciliar a manutenção da estabilidade com taxas de crescimento suficientemente elevadas para propiciar a melhora substancial dos níveis de emprego e bem-estar na sociedade.

Os fundamentos da estabilidade

O enfrentamento desse desafio se desdobra em várias frentes, mas sem se afastar daquela que tem sido uma premissa da política econômica, desde que assumi sua condução, como Ministro da Fazenda, em 1993: a consolidação dos fundamentos fiscais da estabilidade, atacando as causas estruturais de desequilíbrio das contas públicas.

Coerentemente com essa premissa, o Governo, com apoio do Congresso, tem trabalhado para converter o orçamento da União, da peça de ficção que costumava ser, num instrumento eficaz de definição das prioridades do País, possibilitando a redução do déficit e ganhos expressivos de eficácia do gasto público. Ao mesmo tempo, com a decidida cooperação dos governadores, os Estados estão engajados no esforço de reorganizar as finanças públicas, vinculando a renegociação de suas dívidas junto à União a programas efetivos de ajuste fiscal e reforma patrimonial.

Como fruto do esforço conjunto, registrou-se uma melhora do resultado consolidado das contas do setor público em 1997, com diminuição do déficit nominal para 4,9% do PIB, contra seis por cento no ano anterior.

A resposta contundente do Governo e do Congresso à crise mundial das bolsas, adotando medidas de corte de gastos e aumento de receitas no montante de R\$ 20 bilhões em 1998, foi uma reafirmação inequívoca da determinação de defender a estabilidade do Real a partir de seus fundamentos fiscais. O mesmo sentido teve a aceleração, pelo Congresso, da tramitação das propostas de emenda constitucional sobre a reforma administrativa e a reforma da previdência, cuja aprovação é essencial para o equilíbrio a longo prazo das contas públicas.

Com isso, o Brasil conseguiu defender, ao mesmo tempo, o valor de sua moeda e o nível de suas reservas internacionais. E transmitiu aos investidores nacionais e estrangeiros o sinal de confiança que garantirá o crescimento sustentado da economia, superando o impacto imediato da elevação das taxas de juros em função da turbulência externa.

Agenda de competitividade

A resposta à crise das bolsas incluiu medidas numa outra frente estratégica: o aumento da competitividade da produção nacional nos mercados globalizados. Nesse campo, tanto quanto no da busca do equilíbrio fiscal, o que ocorreu diante da crise não foi uma guinada improvisada, mas sim a aceleração do avanço no rumo previamente definido.

Na década de 80, enquanto a produtividade da indústria brasileira permanecia praticamente estagnada, o equilíbrio das contas externas foi perseguido à custa da manutenção de elevadas barreiras tarifárias e não-tarifárias às importações e de desvalorizações da taxa de câmbio, que em seguida eram corroídas pela inflação.

Diferentemente, a agenda de competitividade que compõe a nova estratégia econômica parte da maior exposição à concorrência externa para induzir as empresas brasileiras a alcançar níveis de produtividade compatíveis com os padrões internacionais, buscando o crescimento das exportações, não por meio da manipulação da taxa de câmbio, mas pela redução do "custo Brasil".

Investindo na eficiência

Um dos eixos dessa agenda é a retomada dos investimentos em infra-estrutura por meio das privatizações e de parcerias entre o Estado e a iniciativa privada, dentro do novo quadro institucional definido pelo Congresso a partir das emendas constitucionais da ordem econômica e sua regulamentação.

Em 1997, a receita das privatizações na esfera da União e dos Estados montou a US\$ 23 bilhões, maior do que o resultado acumulado nos seis anos anteriores. Para o biênio 1998-1999 está prevista uma receita da ordem de US\$ 55 bilhões.

Os resultados financeiros desse processo são fundamentais para equilibrar as contas públicas. Ainda mais importantes são os resultados econômicos que o País começa a colher, em termos de eliminação de gargalos, redução de custos e aumento da eficiência de sua infra-estrutura de energia, transportes e telecomunicações.

Não é demais insistir: dentro do novo quadro, a retirada do Estado como produtor direto de bens e serviços não implica o fim, mas antes o fortalecimento do seu papel como regulador e indutor do desenvolvimento.

Na condição de regulador, a ação do poder público ganha peso e eficácia com as agências nacionais de energia elétrica, petróleo e telecomunicações, criadas por lei em 1997 e em processo de implantação.

Na condição de indutor do desenvolvimento, o programa Brasil em Ação representa um novo paradigma de articulação de investimentos públicos e privados pelo poder público, combinando considerações de eficiência econômica com a redução dos desequilíbrios sociais e regionais. Com investimentos programados de R\$ 65 bilhões em 1997/98, o Brasil em Ação inclui projetos que estão revolucionando a logística da produção de grãos no cerrado, fortalecendo a estrutura portuária da Região Nordeste, abrindo os gargalos de suprimento de energia da Região Norte, gerando empregos e otimizando investimentos em infra-estrutura e programas sociais por todo o País.

Desonerar a produção

Outra vertente da agenda de competitividade é a redução da carga tributária sobre a produção, o investimento e as exportações, valendo-se, entre outros instrumentos, das leis já mencionadas sobre imposto de renda das empresas, imposto sobre circulação de mercadorias e simplificação do recolhimento de impostos e contribuições pelas micro e pequenas empresas. O SIMPLES, que entrou em vigor no início de 1997, já contava no fim do ano com a adesão de 1,7 milhão de empresas em todo o País.

Apoio às exportações

Por fim, a agenda de competitividade inclui medidas de ampliação e aprimoramento de mecanismos de apoio financeiro, comercial e tecnológico aos produtores de bens exportáveis ou que concorrem com os importados.

O crescimento da atuação do BNDES no financiamento às exportações é altamente significativo. Em condições de prazo e custo mais favoráveis, os recursos aplicados pelo banco por meio do programa FINAMEX, rebatizado de BNDES Exim, chegaram a US\$ 1 bilhão em 1997.

O valor das exportações beneficiadas por equalização de taxas de juros pelo PROEX, com recursos do Tesouro Nacional, atingiu a R\$ 8 bilhões de janeiro a outubro de 1997.

Vale ainda destacar, entre as medidas de apoio à exportação, a criação de um sistema abrangente de seguro de crédito comercial, inédito no Brasil, e de um fundo de aval para facilitar o acesso ao crédito bancário por micro, pequenas e médias empresas.

Paralelamente, setores mais atingidos pela concorrência externa, como têxteis e calçados, ou com peso importante na pauta de importações, como certos produtos eletroeletrônicos e de teleco-

municações e o setor automotivo, foram objeto de programas especiais de reestruturação.

Os resultados já se fazem notar de maneira muito positiva no comportamento de duas variáveis fundamentais da economia: a taxa de produtividade industrial e o desempenho das exportações.

Depois de permanecer praticamente estagnada na década de 80, a produtividade da indústria de transformação brasileira vinha aumentando a uma média anual de 5,8% desde 1993. Em 1997, de janeiro a setembro, o aumento foi de 7,8%.

Quanto às exportações, que registraram um crescimento muito baixo em 1996, aumentaram mais de dez por cento em 1997. A reação das exportações de manufaturados é particularmente animadora: o índice acumulado de doze meses, que era negativo em maio de 1997, tornou-se positivo em cerca de nove por cento em novembro, demonstrando a eficácia das medidas de reestruturação do setor industrial e de incentivo às exportações adotadas pelo Governo.

O setor agrícola, por seu lado, beneficiou-se tanto da evolução favorável dos preços internacionais como da redução do ICMS e da regularização da oferta de crédito em 1997. Os ganhos expressivos de produtividade das lavouras no Centro-Sul asseguraram uma safra de grãos de 78 milhões de toneladas em 1996/97, com projeção para oitenta milhões em 1997/98. O resultado, do ponto de vista da balança comercial, foi um aumento do valor exportado, de US\$ 14 bilhões em 1994 para US\$ 18 bilhões em 1997, e aumento do superávit setorial, de US\$ 8 bilhões para US\$ 11 bilhões.

Com o avanço na securitização das dívidas do setor, que já alcançou os pequenos e médios produtores e, em 1998, deve estender-se às cooperativas e aos grandes produtores, a agricultura deixará de ser um problema para voltar a ser a grande fonte de soluções que sempre foi para o País.

Consolidando e aprofundando esse conjunto de medidas, o Programa Especial de Exportações, lançado no fim do ano passado, tem por meta dobrar o valor das exportações brasileiras, atingindo os US\$ 100 bilhões até 2002.

A projeção internacional do Brasil

A importância crescente do comércio exterior e dos investimentos estrangeiros tem levado a um aumento correspondente do peso dos temas de política externa na agenda do Governo. Os compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito do MERCOSUL e da Organização Mundial de Comércio, por exemplo, afetam as condições de desenvolvimento do País

tanto quanto as mais candentes questões de política interna.

Tenho procurado dar minha cota de contribuição pessoal à Chancelaria brasileira, seguindo a tendência mundial de maior envolvimento dos chefes de estado e de governo na execução da política exterior. Verifico com satisfação que, em geral, a opinião pública e o Congresso têm dado uma acolhida encorajadora a esse esforço.

Além dos contatos bilaterais, que ajudam a atrair para o Brasil uma atenção positiva dos nossos principais parceiros, a consolidação e perspectivas de ampliação do MERCOSUL como união aduaneira tiveram avanços notáveis nos últimos três anos. O resultado foi um aumento sensível do interesse dos investidores externos pela região e o reforço da posição dos países-membros, especialmente o Brasil, nas negociações com outros blocos econômicos. Isto ficou claro a partir do acordo firmado pelo MERCOSUL com a União Européia e a evolução das negociações sobre a proposta de criação de uma Área de Livre Comércio das Américas.

"Capital se faz em casa"

Mas a contribuição dos investimentos estrangeiros não nos deve distrair de outra frente decisiva para a sustentação do novo ciclo de crescimento: o aumento da capacidade de poupança interna, que se deteriorou no quadro de desajuste fiscal, instabilidade financeira e estagnação econômica da década de 80.

Despida da eventual conotação xenófoba, a afirmação de Barbosa Lima Sobrinho de que "capital se faz em casa" permanece válida, sobretudo para um país com as dimensões e o potencial do Brasil.

As reformas administrativa e da previdência são fundamentais para a recuperação da capacidade de poupança do setor público (ou diminuição do seu endividamento, o que dá no mesmo). É paradoxal, por isso, que muitos dos que se opõem tenazmente a ambas as reformas venham a público advertir contra o que consideram peso excessivo do capital estrangeiro na nossa economia.

Nesta nova fase da economia, porém, o financiamento da produção terá que contar crescentemente com a poupança privada voluntária e um mercado de capitais capaz de canalizá-la para o investimento. O Fundo de Aposentadoria Programada Individual – FAPI e o novo Sistema Financeiro Imobiliário – SFI, recentemente criados por lei, apontam nessa direção. O primeiro, oferecendo uma alternativa ao mesmo tempo flexível e segura de poupança individual de longo prazo; o segundo, facilitando a

canalização de poupança privada para a construção civil via mercado de capitais.

Estabilização e distribuição de renda

A renda "per capita" maior que US\$ 5 mil coloca o Brasil num patamar econômico acima de vários países que apresentam indicadores sociais mais favoráveis. Isto reforça a constatação que serviu de premissa à proposta de governo que submeti aos eleitores em 1994: "O Brasil não é mais um país subdesenvolvido. É um país injusto".

É estimulante verificar que a situação social registrou melhoras nestes três anos.

O efeito positivo da estabilização da economia sobre os rendimentos dos trabalhadores propiciou uma melhora sensível da distribuição de renda e dos níveis de consumo e de bem-estar das camadas mais pobres da população.

Desde o lançamento do Plano Real, em julho de 1994, até outubro de 1997, os salários nas seis principais regiões metropolitanas do País acumularam um ganho de nada menos que trinta por cento.

A massa de rendimentos reais também teve aumentos expressivos em todos os setores de atividade e para todas as categorias de trabalhadores. Os ganhos foram menores em São Paulo, onde a renda é maior, do que em Recife, por exemplo, indicando uma redução dos desequilíbrios regionais. Os trabalhadores sem carteira assinada e os autônomos e aqueles com escolaridade mais baixa foram os maiores beneficiados.

O valor do salário mínimo, deflacionado pelo índice de preços da cesta básica, teve um aumento real de 47% entre dezembro de 1994 e dezembro de 1997, beneficiando sobretudo a grande massa de aposentados e pensionistas.

O valor médio dos benefícios pagos pelo INSS teve um aumento real de vinte por cento de 1994 para 1997. A média dos novos benefícios concedidos de janeiro de 1994 a janeiro de 1998 teve um aumento real de 55% em comparação aos 36 meses anteriores.

Todos os dados apontam na mesma direção: a diminuição da pobreza e da desigualdade a partir do fim do efeito confiscatório da superinflação sobre a renda dos mais pobres.

Um estudo do IPEA confirma esse efeito: de 1993 para 1997, doze milhões de brasileiros ultrapassaram a linha da pobreza absoluta, definida por uma renda mensal "per capita" de R\$ 45,00; a proporção de pobres na população caiu de 32% para 25%.

O IBGE constatou que a distância entre os mais ricos e os mais pobres diminuiu: a relação en-

tre o rendimento dos dez por cento que ganham mais e dos dez por cento que ganham menos na população ocupada caiu de 64 vezes em 1992/93 para 42 vezes em 1995/96.

Os dados sobre consumo e acesso a serviços públicos confirmam plenamente a evolução dos índices de renda. Em suma, os brasileiros, especialmente os mais pobres, estão comendo, vestindo e morando melhor graças à moeda estável.

Só isso já justificaria plenamente a defesa resoluta do Real pelo Governo, mesmo à custa de medidas duras, como as que tivemos de tomar em novembro último.

Causa espanto que, entre aqueles que se apresentam como defensores dos trabalhadores, exista quem se apresse a recomendar a desvalorização da moeda nacional para fazer face à turbulência externa, como se isso não significasse mandar a conta da crise diretamente para os mais pobres.

O Brasil não quer nem vai abrir mão dos ganhos sociais conseguidos com o Real.

Mas esses ganhos representam apenas o ponto de partida da correção dos desequilíbrios seculares da sociedade brasileira. Eles nos estimulam – não nos satisfazem.

Novos avanços na distribuição de renda e na erradicação da miséria dependem, por um lado, da criação de mais e melhores postos de trabalho na economia e, por outro lado, de melhoras substanciais na quantidade e na qualidade dos programas sociais sob responsabilidade do poder público.

Ocupação e renda para todos

A taxa de desemprego aberto no Brasil tem permanecido relativamente estável, entre cinco por cento e seis por cento. É a mais baixa entre nossos parceiros do MERCOSUL e uma das mais baixas do mundo.

Mesmo assim, a questão do emprego nos preocupa – à sociedade, ao Congresso e ao Governo – por três razões.

Primeiro, há falta de empregos de boa qualidade, com carteira de trabalho assinada e bem remunerados.

Segundo, a reestruturação em curso na economia causa a perda de grande quantidade de postos de trabalho em certos setores e regiões – basicamente, na indústria de transformação e na área metropolitana do Sudeste – ao mesmo tempo em que novos postos de trabalho se abrem em outros setores e regiões – nos serviços, especialmente, e no Nordeste, no Centro-Oeste e no interior do Sul e do Sudeste.

Terceiro, existe uma ansiedade justificada com o aumento conjuntural do desemprego em função das medidas duras que tivemos de tomar para defender nossa moeda da crise mundial das bolsas.

A duração da conjuntura desfavorável será tanto mais curta quanto mais claros forem os sinais de confiança que o Governo e o Congresso derem aos investidores, como estamos dando, com as medidas de austeridade fiscal e a aceleração das reformas estruturais.

Ao lado disso, continuaremos a colher em 1998 os resultados favoráveis de várias iniciativas tomadas nos últimos três anos, no sentido da criação de novas oportunidades de ocupação, qualificação de mão-de-obra e flexibilização das relações de trabalho.

Os investimentos em habitação e saneamento, que representam uma importante alternativa de absorção de mão-de-obra, puderam ser retomados a partir da reorganização e capitalização da Caixa Econômica Federal e da renegociação das dívidas dos Estados. Os projetos financiados pela União nos dois setores garantiram 1,3 milhão de empregos de 1995 a 1997. Os investimentos privados estão ganhando impulso graças a novos mecanismos de financiamento criados nestes três anos – caderneta de poupança vinculada, captação de recursos externos, fundos imobiliários, carta de crédito, securitização de recebíveis – aos quais vem se somar o Sistema Financeiro Imobiliário.

A indústria do turismo, outro setor que é grande empregador de mão-de-obra, está sendo incentivada por uma linha de crédito de R\$ 1 bilhão do BNDES, pela aplicação de R\$ 800 milhões do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR e por R\$ 400 milhões na preservação ambiental e infra-estrutura turística do Pantanal. Outros R\$ 24 milhões estão sendo aplicados no "marketing" e promoção do turismo no Brasil, com destaque para a campanha veiculada pela rede internacional CNN. A queda significativa do preço das passagens aéreas, graças a medidas para aumentar a concorrência no setor, será um estímulo adicional à expansão do turismo doméstico em 1998.

A execução da reforma agrária superou as metas propostas pelo Governo, vencendo os obstáculos da ineficiência burocrática e da manipulação ideológica das justas reivindicações dos agricultores sem terra. Com o assentamento de 186 mil famílias em 1995/97, mais cem mil previstas em 1998, teremos realizado em quatro anos mais do que todos os governos anteriores até 1994. Tanto quanto os resul-

tados, são animadores os avanços na modernização dos instrumentos da política fundiária, com a introdução de novas formas de acesso à terra (o Banco da Terra, a Cédula da Terra), a integração de ações de vários ministérios para viabilizar os assentamentos e a descentralização por meio de parcerias com Estados e Municípios.

Com o Programa Nacional de Educação Profissional – PLANFOR, o Ministério do Trabalho, em parceria com sindicatos, oferece oportunidades de reciclagem profissional, especialmente nas áreas mais afetadas pela reestruturação industrial. O número de trabalhadores treinados passou de duzentos mil em 1995 para 1,8 milhão em 1997.

A democratização do acesso ao crédito é outro instrumento poderoso de criação de oportunidades de ocupação produtiva posto em ação por este Governo, rompendo a tradição brasileira de concentrar os recursos dos bancos oficiais em grandes empreendimentos. O valor dos empréstimos concedidos pelos Programas de Geração de Emprego e Renda – PROGER e de Apoio à Agricultura Familiar – PRONAF saltou de R\$ 60 milhões em 1995 para R\$ 2,3 bilhões em 1997; o número de operações foi de 93 mil para 363 mil.

O potencial de geração de emprego e renda das micro e pequenas empresas começa a ser levado a sério. A adesão de 1,7 milhão de empresas ao SIMPLES e o registro legal de novas empresas com o FÁCIL, recém-lançado em Brasília, significam a possibilidade de criação de novos postos de trabalho e de formalização do vínculo empregatício para trabalhadores já ocupados.

Outros milhões de empregos aguardam, para sair da informalidade, a necessária flexibilização da legislação trabalhista. A lei sobre contrato por tempo determinado sancionada em janeiro último representa um primeiro passo nesse sentido; seus resultados serão acompanhados com atenção pelo Governo e, sem dúvida, pelas empresas e os próprios trabalhadores.

Reformar o estado, democratizar a sociedade

Se a sociedade brasileira é injusta, o Estado, como parte e síntese da sociedade, tem sido um elo fundamental da cadeia de perpetuação das injustiças. Quebrar essa cadeia e colocar o Estado a serviço da elevação das condições de vida da base da sociedade é o grande desafio da democracia no Brasil.

Muito mais que requisitos para um ajuste fiscal duradouro, as reformas da administração pública e da previdência são parte da resposta a esse desafio. Em outras palavras, são passos fundamentais para

a justiça social efetiva, naquilo em que esta depende da melhora da quantidade e da qualidade do gasto público em programas sociais.

A reforma administrativa, nos termos da proposta de emenda constitucional em apreciação pelo Senado Federal, ajudará a reduzir o déficit público, que tem sido fortemente pressionado pelo crescimento dos gastos com pessoal nos Estados e Municípios. Mais que isso, porém, ela abrirá espaço para a melhora dos serviços essenciais ao bem-estar da população, hoje comprometidos tanto pela escassez de recursos como pela rigidez e o anacronismo das normas de gestão de pessoal do setor público.

A reforma da previdência, tal como é encaminhada pela emenda em apreciação na Câmara dos Deputados, ajudará a conter a expansão dos gastos da União com inativos, que já ultrapassam os gastos com os servidores em atividade. Mas ela também é fundamental para equilibrar as contas do INSS, assegurando a continuidade dos benefícios já concedidos e preservando a viabilidade a longo prazo daquele que é de longe o mais importante programa social jamais existente no Brasil.

O desafio da gestão na área social

Por importantes que sejam as propostas de emenda constitucional para o avanço da reforma do Estado, nem o Governo, nem o País cruzaram os braços à espera delas nestes três anos. A reforma, na realidade, é um processo muito mais amplo, que tem encontrado seus próprios caminhos na administração federal, nos Estados e Municípios, movida pela dedicação de milhares de servidores públicos anônimos e, em última análise, pela imensa sede de justiça da sociedade brasileira.

O programa Comunidade Solidária, criado pelo meu Governo para articular, no âmbito da administração federal, as ações de combate à miséria, resume algumas das linhas mestras do novo padrão de gestão dos programas sociais que vai emergindo dessa transformação: primeiro, a convergência de diferentes programas, de diferentes ministérios, de modo a otimizar seus benefícios para a população; segundo, a descentralização da execução por meio de parcerias com Estados, Municípios, empresas privadas e entidades da sociedade; terceiro, a transferência automática dos recursos para o público-alvo, evitando desvios e desperdícios; quarto, o fortalecimento das unidades "de ponta", com participação da comunidade, na destinação específica dos recursos.

O êxito desse modelo pode ser medido pelo aumento do gasto nos programas coordenados pelo Comunidade Solidária, que passou de R\$ 980 milhões

em 1995 para R\$ 2,9 bilhões em 1997, alcançando mais de 1.300 municípios onde se localizam bolsões de pobreza. E, principalmente, pela eficiência do gasto, da qual a queda dos índices de mortalidade infantil nas áreas atendidas é um exemplo especialmente gratificante.

O diálogo do Governo com representantes da sociedade civil no âmbito do Conselho do Comunidade Solidária tem dado frutos importantes e inovadores. É o caso dos projetos de Alfabetização Solidária, Capacitação de Jovens, Universidade Solidária e Promoção do Voluntariado, experiências-piloto bem-sucedidas que agora começam a ser ampliadas.

Outros resultados positivos confirmam o avanço da verdadeira revolução silenciosa em andamento na gestão dos programas sociais.

Na **educação**, a expansão de 28% no número de matrículas do ensino médio de 1994 para 1997, que corresponde ao aumento do número de estudantes que completam o primeiro grau, é o melhor indicador do êxito na soma de esforços dos três níveis de governo.

A contribuição do Governo Federal para esse resultado se traduz na distribuição de noventa milhões de livros didáticos a 26 milhões de alunos; fornecimento diário de 31 milhões de merendas escolares; acesso de 44 mil escolas à programação de aperfeiçoamento de professores da TV Escola; instalação de cem mil microcomputadores em seis mil escolas, beneficiando 7,5 milhões de alunos.

O passo definitivo para fazer do ensino básico uma verdadeira prioridade nacional será dado em 1998 com a implantação do Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério. Por meio dele, recursos da União, Estados e Municípios serão remanejados de modo a assegurar um gasto mínimo anual de R\$ 300,00 por aluno, elevando o salário médio dos professores e incentivando a municipalização do ensino fundamental.

Estamos lançando a campanha "Toda Criança na Escola", que pretende levar para a sala de aula os dois milhões e setecentos mil meninos e meninas de sete a catorze anos que ainda estão fora do colégio. Um provérbio ensina que "é preciso toda uma aldeia para educar uma criança". Esta não é, portanto, uma campanha do Governo Federal. É de todos: governos estaduais, prefeituras, professores, diretores de colégio, associações de pais, a comunidade, enfim.

Com a realização do censo escolar e a implantação do Exame Nacional de Cursos, do Sistema de Avaliação do Ensino Médio e do Sistema de Avalia-

ção do Ensino Básico, o País conta pela primeira vez com instrumentos para aferir com precisão o retorno dos recursos destinados pela sociedade ao seu sistema educacional.

O Programa Esporte Solidário atendeu a 88 mil crianças em centros esportivos, para complementação da atividade escolar. Quadras, ginásios e espaços esportivos foram implantados em 471 comunidades de baixa renda em 1997.

Na **cultura**, o aperfeiçoamento do sistema de incentivos fiscais fez o número de patrocinadores saltar de duzentos em 1994 para cerca de mil em 1997. O cinema brasileiro praticamente renasceu das cinzas: a produção de filmes de longa-metragem, de apenas dois em 1994, passou a dezoito em 1995, 22 em 1996 e 28 em 1997.

No campo dos **direitos humanos**, além dos avanços já assinalados da legislação, completou-se o processo de indenização às famílias de 121 mortos e desaparecidos políticos. Com estímulo do Ministério da Justiça, 227 conselhos de direitos e novecentos conselhos tutelares da criança e do adolescente foram implantados ou fortalecidos. Recursos federais possibilitaram a criação de sete mil vagas em presídios em 1997; outras quinze mil serão criadas em 1998, ajudando os Estados a enfrentar o quadro dramático de superlotação do sistema penitenciário.

Na **saúde**, mais do que em qualquer outra área, o desafio da gestão é crucial para que o aumento do gasto federal (de R\$ 14 bilhões em 1996 para R\$ 19 bilhões em 1997) se reflita em melhora dos serviços para a população.

O Governo está enfrentando o desafio.

Uma definição clara das responsabilidades da União, Estados e Municípios possibilitará novos avanços na descentralização do Sistema Único de Saúde.

A introdução do Piso Assistencial Básico – PAB é a grande virada para o resgate da eficiência do sistema. Com uma regra clara para repasse automático de recursos em função do tamanho da população, e não do número de atendimentos, o PAB cria um estímulo para que os Municípios se engajem decididamente no esforço pela racionalização do gasto público no setor, dando mais ênfase à promoção da saúde do que ao tratamento da doença.

Essa mesma ênfase está presente no atendimento básico da população por meio dos agentes comunitários de saúde, que já alcançam 8,9 milhões de famílias; das equipes de saúde da família, que chegam a 1,4 milhão de domicílios; e do programa

Saúde Perto de Casa, que leva as ações de promoção às escolas, comunidades e prefeituras, além de um novo modelo de posto de saúde.

Na **previdência**, o esforço para manter equilibradas as contas do INSS contou, nos últimos três anos, com um aumento real de 44% da receita de contribuições, fruto tanto da estabilização da moeda quanto de melhoras gerenciais na arrecadação.

Do lado da despesa, controles mais rigorosos possibilitaram a suspensão e o cancelamento de 1,7 milhão de benefícios por óbito, cessação de benefícios temporários, fraudes e irregularidades.

Menos fraudes, menos filas: graças à melhora do atendimento, o tempo médio de concessão de benefícios previdenciários caiu de 132 para 22 dias.

Na área da **assistência social**, a aplicação da lei orgânica em 1997 assegurou o recebimento de um salário mínimo por 694 mil idosos e pessoas portadoras de deficiência. A renda mensal vitalícia continuou a ser recebida por um milhão de pessoas.

Com fornecimento de bolsa-escola, 38 mil crianças foram retiradas do trabalho precoce. O programa Brasil Criança Cidadão atendeu a quatrocentas mil crianças e adolescentes carentes. Outros programas levaram assistência a 1,4 milhão de crianças na faixa de zero a seis anos.

Na área de **saneamento**, em três anos de governo, seis milhões de famílias foram beneficiadas por 5.300 obras em 2.810 municípios, com investimentos de R\$ 4,6 bilhões. O déficit urbano de abastecimento de água foi reduzido em 79% e o de esgotamento sanitário, em 31%.

Com apoio federal por meio do Programa de Modernização do Setor de Saneamento, as companhias estaduais conseguiram, em média, aumentar em vinte por cento a receita e a produtividade, e reduzir em dez por cento as perdas.

Na área de **habitação**, cerca de quinhentas mil famílias se beneficiaram de projetos financiados com recursos federais, totalizando R\$ 2,5 bilhões.

Senhores Congressistas,

Há três anos, na primeira Mensagem que me coube encaminhar a essa Casa como Presidente da República, eu perguntava: "Que oportunidade mais consagradora pode um político ambicionar do que a de entregar seu País melhor do que encontrou ao assumir uma importante função pública?"

O balanço daquilo que pudemos – o Presidente e o Congresso – realizar neste período e a perspectiva do que teremos ocasião de completar no ano que se inicia me permitem afirmar com tranquilidade: não decepcionamos os nossos eleitores nem nós mesmos.

O Brasil que se desenha no final destes quatro anos é, claramente, um País melhor do que aquele que encontramos.

Se os resultados que alinharei até aqui não são o bastante, permitam-me concluir com uns poucos dados que traduzem de maneira eloquente essa melhora para o dia-a-dia de cada brasileiro.

A mortalidade infantil no País caiu 26% entre o terceiro trimestre de 1996 e o terceiro trimestre de 1997, segundo a Pastoral da Criança. No Nordeste a queda foi de 33%.

De 1993 para 1996, a taxa de analfabetismo caiu mais dois pontos percentuais, para cerca de catorze por cento.

O consumo de alimentos aumentou vinte por cento de 1994 para 1997.

No mesmo período, a venda de cimento aumentou mais de quarenta por cento, impulsionada sobretudo pelo consumo-formiga da autoconstrução por famílias de baixa renda.

A venda de refrigeradores aumentou 54%. A de aparelhos de televisão aumentou 57%.

Isto é o bastante para que possamos dizer: "Missão cumprida"?

Decerto que não. As carências do País são imensas e a jornada é longa para quem se dispõe a praticar a política, não como arte do possível dado, mas como arte das mudanças necessárias.

Demos um passo, contudo. Sem falsa modéstia: demos um grande passo. E o que é mais importante: o fizemos com a convicção profunda de estar no rumo certo.

Brasília, 16 de fevereiro de 1998. – **Fernando Henrique Cardoso**, Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Senhor Presidente Michel Temer, Sr. Ministro Clóvis de Barros Carvalho, Deputado Paulo Paim, Secretário, queridos Parlamentares do Senado e da Câmara, minhas senhoras e meus senhores:

Presidente Michel Temer, V. Ex^a, como eu, está muito feliz com a produção da Câmara dos Deputados. De minha parte, felicíssimo com o trabalho dos Srs. Senadores. Já temos, ambos, nas duas Casas, traduzido o sentimento do povo brasileiro em relação a essa produção nunca vista do Congresso Nacional. Se não bastasse isso, a introdução da Mensagem do Presidente Fernando Henrique Cardoso já espelhou o que aconteceu na Câmara e no Senado, não só na Legislatura, mas sobretudo nesta convocação extraordinária. V. Ex^a está feliz com o êxito dos Deputados e Deputadas e nós, no Senado, extremamente orgulhosos do trabalho dos Senadores e Senadoras. Demonstramos a capacidade do político

brasileiro nas horas em que o País precisa da sua atuação, fosse a Câmara ou o Senado. Foram demonstrações inequívocas em relação às reformas, que vêm desde 1995, e que estão se concluindo agora em ambas as Casas do Congresso e que vai oferecer condições para um novo País, e isso é importante. É importante, porque todos os candidatos que aqui estão à reeleição poderão chegar nas suas terras e demonstrarem o que aqui fizeram de frente erguida, que trabalharam pelo povo, pelos Estados, pela Nação.

Estou orgulhoso do Congresso Nacional, como tenho certeza de que V. Ex^a está orgulhoso pela Câmara dos Deputados, e eu, de minha parte, pelo Senado Federal. Demos uma demonstração ao Brasil da necessidade imperiosa do Legislativo. É o Legislativo, sobretudo, que ajuda o Poder Executivo a realizar as obras em benefício do povo. Sem esse Poder, evidentemente, nada seria concretizado com a

vontade do povo, porque esse é o mais diretamente ligado ao povo brasileiro.

Por tudo isso, tenho certeza de que estamos elevando a cada instante o nome do Legislativo brasileiro, Câmara e Senado, e que vamos percorrer esse nosso caminho com igual vontade, mesmo num ano eleitoral, que é um ano difícil, fazendo o nosso trabalho e merecendo a gratidão do povo brasileiro.

Cumprindo assim a finalidade desta sessão, declaro-a encerrada, lembrando aos Srs. Senadores que a próxima sessão do Senado será realizada no próximo dia 2 de março com a pauta já divulgada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 20 minutos.)

COMISSÃO REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL, EM 16 DE DEZEMBRO DE 1997

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Fala da Presidência

1.2.2 – Composição da Comissão Representativa

1.2.3 – Mensagem do Presidente da República

Nº 828, de 1997-CN (nº 1.566/97, na origem); solicitando a retirada do Projeto de Lei nº 28, de 1997-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito especial até o limite de R\$245.062.821,00 (duzentos e quarenta e cinco milhões, sessenta e dois mil, oitocentos e vinte e um reais), para os fins que especifica. Deferida. 00031

1.2.4 – Proposta da Presidência

Proposta de indicação do nome do Deputado Osório Adriano, para Vice-Presidente da Comissão Representativa do Congresso Nacional. **Aprovada**, após usarem da palavra os Srs. Congressistas Inocêncio Oliveira, Chico Vigilante, Leonel Paiva, Prisco Viana, José Roberto Arruda, Arlindo Vargas, Odacir Soares, Jorge Wilson e Benedito Domingos. 00034

Designação do Sr. Raimundo Carreiro Silva como Secretário da Comissão Representativa do Congresso Nacional. 00031

1.3 – ORDEM DO DIA

Projeto de Lei nº 76, de 1997-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito suplementar no valor de R\$150.000.000,00, para os fins que especifica. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Congressistas Chico Vigilante, José Roberto Arruda, Paulo Bernardo e Leonel Paiva, a Sr.^a Congressista Emília Fernandes, e os Srs. Congressistas Inocêncio Oliveira, Feu Rosa, Geddel Vieira Lima e Agnelo Queiroz. À sanção. 00036

1.3.1 – Matéria apreciada após a Ordem do Dia

Projeto de Resolução nº 2, de 1997-CN, que regulamenta a Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, que extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC, e dá outras providências. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Congressistas Chico Vigilante, José Roberto Arruda e Inocêncio Oliveira, a Sr.^a Emília Fernandes, e o Srs. Congressistas Marconi Perillo, Arlindo Vargas e Leonel Paiva. À promulgação. 00054

1.4 – ENCERRAMENTO

**Ata da 1ª Reunião da Comissão Representativa
do Congresso Nacional
em 16 de dezembro de 1997**
(Período de 16 de dezembro de 1997 a 14 de fevereiro de 1998)
Presidência do Sr. Geraldo Melo

ÀS 15 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES E OS SRS. DEPUTADOS:

COMISSÃO REPRESENTATIVA

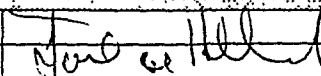


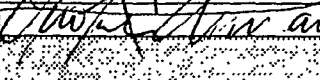
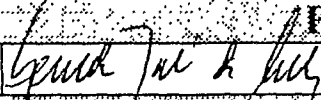
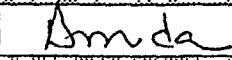

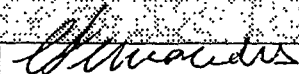

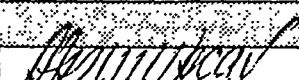
COMPOSIÇÃO: 16 DEPUTADOS E 7 SENADORES

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

SECRETÁRIO:

**Lista de comparecimento à 1ª Reunião da Comissão Representativa realizada
em 16/12/97, às 15 horas**

SENADORES			
TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
CARLOS PATROCÍNIO		1-LEONEL PAIVA	
JOEL DE HOLLANDA		2-FRANCELINO PEREIRA	
PMDB			
NABOR JÚNIOR		1-MARLUCE PINTO	
GILVAM BORGES		2-ONOFRE QUINAN	
PSDB			
GERALDO MELO		1-JOSÉ ARRUDA	ROBERTO 
BLOCO OPOSIÇÃO			
JUNIA MARISE		1-EMÍLIA FERNANDES	
PTB			
ODACIR SOARES		1-REGINA ASSUMPTÃO	

DEPUTADOS			
TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
AROLDO CEDRAZ		1-CLAUDIO CHAVES	
HUGO RODRIGUES DA CUNHA		2-JOÃO RIBEIRO	
OSÓRIO ADRIANO		3-JOSÉ EGYDIO	
BLOCO (PMDB-PSD-PRONA)			
JORGE WILSON		1-CARLOS MENDES	
LÍDIA QUINAN		2-JOÃO MAGALHÃES	
MARIA ELVIRA		3-NAIR XAVIER LOBO	
PSDB			
MARCONI PERILLO		1-FEU ROSA	
OCTÁVIO ELÍSIO		2-PEDRO HENRY	
SÍLVIO TORRES		3-RONALDO CÉSAR COELHO	
BLOCO (PT/PDT/PC do B)			
AGNELO QUEIROZ		1-SEVERINO ALVES	
CHICO VIGILANTE			
NILSON GIBSON			
PPB			
BENEDITO DOMINGOS		1-OSVALDO REIS	
MÁRCIO REINALDO MOREIRA		2-ROBERTO BALESTRA	
PRISCO VIANA		3- WIGBERTO TARTUCE	
PTB			
ARLINDO VARGAS		1-DUILIO PISANESCHI	

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Estão presentes nove Sras. e Srs. Senadores e dezenove Sras. e Srs. Deputados, componentes da Comissão Representativa do Congresso Nacional.

Havendo número legal, declaro aberta a presente reunião da Comissão Representativa do Con-

gresso Nacional, a que se refere o § 4º do art. 58 da Constituição Federal.

Assumo a sua Presidência na forma do disposto no art. 6º, da Resolução nº 3, de 1990, do Congresso Nacional.

Desejo, inicialmente, dar conhecimento formal aos Srs. Senadores e Srs. Deputados da relação de integrantes da Comissão Representativa:

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO REPRESENTATIVA
COMPOSIÇÃO: 16 DEPUTADOS E 7 SENADORES
PRESIDENTE: SENADOR GERALDO MELO
SENADORES

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
CARLOS PATROCÍNIO	TO-2261/67	1-LEONEL PAIVA	DF-1248/1348
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99	2-FRANCEZINO PEREIRA	MG-2411/17
PMDB			
NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1- MARLUCE PINTO	AC-1101-4062
GILVAM BORGES	AP-2151/57	1- ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1- JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
BLOCO OPOSIÇÃO			
JÚNIA MARISE	MG-3123/24	1- EMILIA FERNANDES	RS-2331/34
PMDB			
ODACIR SOARES	RO-3206/07	1- REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27

DEPUTADOS

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
AROLD CEDRAZ	BA-3185312	1- CLÁUDIO CHAVES	AM-31855
HUGO RODRIGUES DA CUNHA	MG-3185945	2- JOÃO RIBEIRO	TO-31853
OSÓRIO ADRIANO	DF-3185446	3- JOSÉ EGYDIO	RJ- 31855
BLOCO (PMDB/PSD/PRONA)			
JORGE WILSON	RJ- 3185942	1- CARLOS MENDES	GO-31858
LÍDIA QUINAN	GO-3185223	2- JOÃO MAGALHÃES	MG- 31855
MARIA ELVIRA	MG- 3185350	3- NAIR XAVIER LOBO	GO- 31855
PSDB			
MARCONI PERILLO	GO-3185227	1- FEU ROSA	ES-31859
OCTÁVIO ELÍSIO	MG-3185248	2- PEDRO HENRY	MT- 31855
SÍLVIO TORRES	DF-3185645	3- RONALDO CEZAR COELHO	RJ-318527
BLOCO (PMDB/PSD/PRONA)			
AGNELO QUEIROZ	DF-3185572	1- SEVERIANO ALVES	BA-31858
CHICO VIGILANTE	DF-3185627		
NILSON GIBSON	PE- 3185410		
PMDB			
BENEDITO DOMINGOS	DF- 3185837	1- OSVALDO REIS	TO- 31858
MÁRCIO REINALDO MOREIRA	MG- 3185819	2-ROBERTO BALESTRA	GO-31852
PRISCO VIANA	BA- 3185858	3- WIGBERTO TARTUCE	DF- 31858
PMDB			
ARLINDO VARGAS	RS-3185367	DUILIO PISANESCHI	SP-31859

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. Secretário, Raimundo Carreiro Silva.

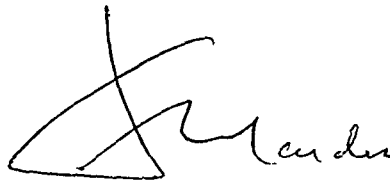
É lida a seguinte:

**MENSAGEM Nº 828, DE 1997– CN
(Nº 1.566/97, na origem)**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Solicito a Vossas Excelências, de conformidade com a Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento, a retirada do Projeto de Lei nº 28, de 1997 - CN, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito especial até o limite de R\$ 245.062.821,00, para os fins que especifica", enviado ao Congresso Nacional com a Mensagem nº 1.045, de 1997.

Brasília, 12 de dezembro de 1997



Fernando Henrique Cardoso

EM nº 308 /MPO

Brasília, 12 de dezembro de 1997.

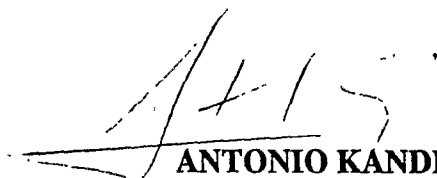
Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Ministério das Comunicações solicita a retirada do Projeto de Lei nº 28/97-CN, em tramitação no Congresso Nacional, encaminhado pelo Poder Executivo por intermédio da Mensagem nº 1045/97, relativo à abertura de crédito especial até o limite de R\$ 245.062.821,00 (duzentos e quarenta e cinco milhões, sessenta e dois mil, oitocentos e vinte e um reais), em favor do Fundo de Fiscalização das Comunicações - FISTEL, e destinado à implementação da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, no mês de julho, e à sua manutenção até o final do corrente exercício.

2. Em face de a Agência ter sido instalada somente no início do corrente mês de novembro, e considerando o fato de que parte das despesas foram cobertas com dotações orçamentárias do FISTEL para 1997, e que há previsão de se completar a sua implementação com o orçamento de 1998, o crédito em pauta não se faz mais necessário.

3. Nessas condições, este Ministério manifesta-se favoravelmente ao atendimento da medida proposta, razão pela qual submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência o cancelamento da abertura do referido crédito especial, e em consequência, a retirada do respectivo Projeto de Lei.

Respeitosamente,



ANTONIO KANDIR
Ministro de Estado do
Planejamento e Orçamento

**ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO Nº 308 DE 12 / 12 / 97.**

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Necessidade de tornar sem efeito a abertura de crédito especial, em favor do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - FISTEL, vinculado ao Ministério das Comunicações.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Retirada do Projeto de Lei nº 28/97-CN.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:

Tecnicamente, é a alternativa viável.

4. Custos:

5. Razões que justificam a urgência:

6. Impacto sobre o meio ambiente:

7. Alterações Propostas: (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)

Texto Atual	Texto Proposto

8. Síntese do parecer do órgão jurídico:

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência defere a retirada, nos termos do art. 42 do Regimento Comum.

A Presidência deseja dar conhecimento aos Srs. membros da Comissão que o mesmo art. 6º da Resolução nº 3, de 1990-CN, estabelece a forma de provimento da Presidência e da Vice-Presidência, cabendo esta última a um Deputado, membro da Mesa da Câmara dos Deputados. Entretanto, na lista de Deputados eleitos para membros e suplentes da Comissão não há nenhum dos Srs. Deputados que seja membro da Mesa da Câmara Federal. Em vista disso, a Mesa propõe que os Srs. Líderes presentes ofereçam uma proposta de método para o provimento da Vice-Presidência, sugerindo que seja examinado, subsidiariamente, o que dispõe para esta situação o Regimento Interno do Senado Federal, que prevê que, na ausência do Presidente e do Vice-Presidente, presidirá a Comissão o mais idoso dos titulares. Não havendo Vice-Presidente, uma das alternativas seria o seu provimento ser feito pelo mais idoso dos membros da comissão dos representantes da Câmara Federal.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Exª tem a palavra, Deputado Inocêncio Oliveira.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria aqui, sem nenhuma intenção de entrar em debate com V. Exª, pois não é do meu feitio, dizer que essa indicação da Câmara poderia ser feita pelo maior partido político com assento naquela Casa, porque sempre foi um critério de designação, quer para as comissões técnicas, quer para as comissões especiais. A Mesa não deixa de ser uma grande comissão, a comissão mais importante da Casa, tanto a Mesa da Câmara, como a do Senado, como a do próprio Congresso Nacional. Se a Mesa é representativa do Congresso Nacional, então é uma comissão. Se a indicação das comissões obedece ao critério da proporcionalidade dos partidos políticos, cabendo ao maior partido indicar, levanto essa questão a V. Exª, para que seja analisada pelos demais Líderes.

O SR. CHICO VIGILANTE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Exª tem a palavra.

O SR. CHICO VIGILANTE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, creio que a maneira mais correta de escolher o nosso companheiro Deputado que vai,

junto com V. Exª, presidir os trabalhos desta reunião seria exatamente pegarmos como subsídio o Regimento do Senado Federal e indicarmos aqui não o mais idoso, mas o Deputado com o maior número de mandatos na Casa. Olhando aqui, parece-me que o Deputado com o maior número de mandatos é o Deputado Prisco Viana. Se S. Exª for da comissão, creio que poderia, junto com V. Exª, coordenar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Mesa sugeriu que o Plenário apresentasse as suas sugestões e abre o debate em torno da questão, apenas ponderando que, se utilizarmos o Regimento Interno do Senado Federal como norma subsidiária para a definição dessa questão, o Regimento trata do mais idoso e não do Parlamentar que tenha o maior número de mandatos.

O SR. LEONEL PAIVA (PFL – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Paiva, pela ordem.

O SR. LEONEL PAIVA (PFL – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, concordo plenamente com o exposto pelo nobre Deputado Inocêncio Oliveira, já que a prática é comum às duas Casas. O partido com o maior número de representantes indica os presidentes das comissões. Esta é uma comissão, portanto não poderá haver uma troca de critérios.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência tem certeza de que este assunto, seguramente, será resolvido por um entendimento entre V. Exas., membros da Comissão, especialmente os Srs. Deputados.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Inocêncio Oliveira.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu gostaria apenas de fazer um adendo.

Utiliza-se o critério do mais idoso ou com maior número de legislaturas para a Presidência de uma determinada sessão, instalação de sessão legislativa e da Comissão Representativa do Congresso Nacional, mas não para eleição, por um período, de uma Mesa.

A eleição de uma Mesa deve seguir o critério da proporcionalidade dos partidos políticos, porque é correto utilizar o critério do mais idoso ou do que detém maior número de legislaturas para uma determi-

nada sessão, para a instalação, para presidir uma sessão, mas não para presidir por um período a Comissão Representativa do Congresso Nacional. Nesse caso, deve-se obedecer rigorosamente o critério do maior partido político, como ocorre nas designações das demais comissões técnicas especiais, CPI, etc.

O SR. PRISCO VIANA (PPB – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Prisco Viana.

O SR. PRISCO VIANA (PPB – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, realmente, não há dúvida de que sou o Deputado que detém o maior número de mandatos aqui presente, mas não desejo, em hipótese alguma, essa função; embora honrosa, não a pleiteio.

Quero apenas fazer uma retificação ao que aqui foi dito. O Regimento da Câmara estabelece, em obediência ao próprio princípio da Constituição, o critério da proporcionalidade para a composição das Comissões, tanto assim que admite que, na eleição do Presidente das Comissões Técnicas, podem concorrer chapas completas, sendo livre ao membro da Comissão optar por outros nomes que não estejam integrando aquela chapa.

Portanto, rigorosamente, o critério da Câmara não é o de que o partido indica, até porque o critério é o da eleição.

O SR. CHICO VIGILANTE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Tem a palavra o Deputado Chico Vigilante.

O SR. CHICO VIGILANTE (Bloco/PT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, dispõe a Resolução nº 3, de 1990-CN, no seu art. 6º, que criou esta Comissão Representativa do Congresso Nacional:

"Art. 6º Exercerão a Presidência e a Vice-Presidência da Comissão, os membros das Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, respectivamente."

Portanto, cumprindo o Regimento Comum, caberia aos partidos com assento na Câmara dos Deputados indicar um dos seus membros da Mesa, como fez o Senado Federal. Dessa forma, estaria resolvido o problema. Qualquer outra resolução que tomemos aqui, estaremos fazendo um acordo político e ferindo o Regimento Comum, que é aplicado exatamente no caso desta Comissão.

Dessa forma, cabe-nos verificar se há alguém que faz parte da Mesa da Câmara dos Deputados. Se não existe, proponho então que verifiquemos aqui quem da Comissão detém o maior número de mandatos. Nesse caso, possivelmente, recairá sobre o Deputado Osório Adriano, que me parece ser o Deputado presente com o maior número de mandatos, dentre os integrantes da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Deputado Chico Vigilante, a Mesa pondera que realmente o problema não existiria e, conseqüentemente, não teria sido apresentado à Comissão se esse requisito tivesse sido satisfeito. Como não o foi, o problema existe.

Na realidade, estamos escolhendo um parlamentar que substituirá o Presidente nas suas ausências, na presidência de reuniões, as quais, parece-me, há uma vontade geral no sentido de que sejam poucas.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Deputado Inocêncio Oliveira.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nosso indicado seria realmente o Deputado Osório Adriano, até por ser de Brasília, o que facilitaria a sua convocação no caso de V. Exª estar ausente, e assim por diante.

Nosso indicado seria S. Exª e aceito-o de bom grado.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, concordamos com a indicação. Gostaria apenas que o adjetivo fosse outro: "mais experiente", em vez de "mais velho". Trata-se de um problema eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – "Mais idoso", como diz o Regimento.

O SR. ARLINDO VARGAS (PTB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Deputado Arlindo Vargas.

O SR. ARLINDO VARGAS (PTB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Trabalhista Brasileiro, do qual tenho a honra de exercer a Liderança hoje, concorda com os argumentos do ilustre Deputado Inocêncio Oliveira e com a indicação que S. Exª faz a esta Casa.

O SR. ODACIR SOARES (PTB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES (PTB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para aditar as colocações feitas, o PTB, no Senado Federal, também considera que esta questão está prevista no Regimento Interno do Senado Federal, no Regimento Interno da Câmara dos Deputados e no Regimento Comum, quando estabelece o princípio da proporcionalidade, cuja aplicação, felizmente, coincide com outro princípio aqui levantado pelo nobre Deputado Chico Vigilante, que termina na indicação do Deputado Osório Adriano para ocupar a já demasiadamente discutida Vice-Presidência.

De modo que o PTB do Senado concorda plenamente com as colocações feitas pelo Deputado Inocêncio Oliveira e referendadas pelo nobre Líder do PTB da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Deputado Jorge Wilson, V. Ex^a deseja falar?

O SR. JORGE WILSON (PPB – RJ) – Sr. Presidente, a indicação do Deputado Osório Adriano atende não só ao critério da idade como ao da experiência.

O SR. BENEDITO DOMINGOS (PPB – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. BENEDITO DOMINGOS (PPB – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Progressista Brasileiro, consultando o nobre Deputado Osvaldo Reis e com a não aceitação do Deputado Prisco Viana, uma das pessoas mais experientes na Câmara dos Deputados, também hipoteca total apoio à indicação do nobre Deputado Osório Adriano ao cargo de Vice-Presidente da Comissão.

O SR. PRISCO VIANA (PPB – BA) – Sr. Presidente, só gostaria de ressaltar que o critério é do mais idoso e não do que detém o maior número de mandatos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Mesa pode se congratular com a Comissão pelo fato de que a experiência política e a habilidade dos Srs. Deputados que a integram, explicitada inicialmente pelo Líder Inocêncio Oliveira, leva-nos a uma solução indiscutível. S. Ex^a propõe que o Vice-Presidente seja o Deputado mais idoso, de acordo com a expressão regimental.

Se não houver objeção do Plenário, está aclamada a indicação do Deputado Osório Adriano. (Pausa.)

A Secretaria da Mesa tomará as providências.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Osório Adriano, Vice-Presidente da Comissão.

O SR. OSÓRIO ADRIANO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados, gostaria de fazer uso da palavra, apenas por um minuto, para, primeiramente, agradecer a confiança de todos os Senadores e Deputados que aplaudiram essa minha indicação.

Quero responder, Sr. Presidente, que não se trata do mais idoso, mas sim do mais experiente, porque o tempo nos traz experiência.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Nobre Deputado Osório Adriano, penso que todos se curvam a esse atributo de V. Ex^a, entre outros.

O SR. OSÓRIO ADRIANO (PFL – DF) – Tenho o prazer, também, de pertencer ao partido com maior número de Deputados e o orgulho de ser um dos seus Vice-Líderes.

De modo que agradeço a todos os presentes esta honrosa indicação. Estou às suas ordens, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Por hoje, apenas convido nosso Vice-Presidente a tomar assento à Mesa ao meu lado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Nos termos do parágrafo único, do art. 8º, da Resolução nº 3, de 1990, do Congresso Nacional, a Presidência designou como Secretário da Comissão o Dr. Raimundo Carreiro Silva, Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Havendo número regimental, de Senadores e Deputados, a Presidência comunica que estamos em condições de discutir e deliberar.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI Nº 76, DE 1997-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 76, de 1997-CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito suplementar no valor de R\$150.000.000,00 para os fins que especifica".

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 62, de 1997-CN, concluiu pela aprovação do Projeto e rejeição de todas as emendas apresentadas.

Ao projeto de lei foram apresentadas 942 emendas.

Em discussão o projeto.

O SR. CHICO VIGILANTE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Exª tem a palavra, para discutir.

A Mesa propõe dez minutos, como prazo, para os oradores que queiram discutir.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Com a permissão do Deputado Chico Vigilante, concedo a palavra, pela ordem, a V. Exª

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria propor que, ao invés de dez minutos, fosse concedido o prazo de cinco minutos, o que ensinaria a participação de todos na discussão desta matéria, que é de grande importância.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Mesa acolhe a sugestão de V. Exª, considerando que dez minutos é o prazo máximo regimental. O prazo é fixado pela Presidência no limite máximo de dez minutos, mas eu ouço V. Exª

O SR. PAULO BERNARDO (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, apenas para reforçar o que V. Exª acaba de dizer, concordo com o prazo máximo de dez minutos e parece-me que não haverá nenhum problema, já que não há mais nada na Ordem do Dia. Tenho certeza de que esse projeto importante será bem debatido.

O SR. CHICO VIGILANTE (Bloco/PT – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, usarei os dez minutos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, em primeiro lugar, precisa ficar claro para esta Casa que todos os pedidos de crédito feitos pelo Presidente da República foram aprovados, depois de discutidos na Comissão de Orçamento, com a Liderança do Governo e colocados em Plenário. Este não o foi, exatamente porque pedimos ao Governo que prestasse informações a respeito desses créditos, e elas não foram prestadas. Por isso, mediante acordo com a Liderança do Governo, o projeto foi retirado de pauta. Portanto, não vejo necessidade da convocação desta Comissão para discutir este crédito.

Sr. Presidente, trata-se de um crédito no valor de R\$150 milhões, que serão colocados à disposição de um Ministro que não se empenhou em explicar ou justificar a esta Casa em que serão gastos. O parecer do projeto alega que essa verba será empregada em possíveis danos causados pelo fenômeno El Niño. Isso só é possível se o Senador que deu esse parecer ou se o Governo que pediu a suplementação orçamentária tiver feito uma consulta à Fundação Cacique Cobra-Coral e se esta lhe tiver informado – e a mais ninguém – que haverá alguma catástrofe neste final de ano, o que os teria levado a empenhar R\$150 milhões para possíveis efeitos do fenômeno.

Esse projeto, portanto, é absurdo, é descabido, não tem sentido, até porque, Srs. Parlamentares, se acontecer qualquer catástrofe neste País, o Presidente da República poderá usar um mecanismo criado exatamente para momentos de catástrofes: abrir o Orçamento Geral da União por intermédio de medidas provisórias. Então, não é correto nem justo reservar R\$150 milhões para uma Secretaria, no caso, a de Políticas Regionais, em um País que diz não ter dinheiro para investir na Saúde, na Educação e na Segurança Pública. No entanto, é possível reservar esse dinheiro para ser gasto da forma que o Sr. Fernando Catão quiser, ao seu bel-prazer, já que não deram nenhuma justificativa, nenhuma das informações que foram pedidas.

Portanto, Sr. Presidente, faço um apelo a esta Casa para que não vote este crédito da maneira como está colocado. O Líder do Governo, aqui presente e que vai falar daqui a pouco, sabe que há muito tempo temos tido excelente entendimento no âmbito das discussões dos créditos orçamentários do Governo. Quando pedimos informações, o Governo tem-nos atendido, e assim votamos por acordo. Difícilmente, pedimos verificação de **quorum**. Agora, neste caso, o Governo não prestou as informações para que pudéssemos votar com tranquilidade este crédito suplementar. Além de não prestar as informações, ainda houve ameaças e chantagens por parte de determinados integrantes de partidos que compõem a base de sustentação do Governo.

Por que isso tem que ser tratado desse jeito? Para onde vão esses R\$150 milhões? Gostaria que o Líder do Governo e os demais líderes que compõem a base governista me expliquem, me convençam onde será gasto esse montante. V. Exas. não explicarão aqui, porque não sabem a destinação desses R\$150 milhões.

O parecer do relator é muito vago. Vou ler somente um trecho:

"A Exposição de Motivos nº 245/MPO, de 28 de outubro de 1997, do Sr. Ministro do Planejamento e Orçamento, informa que o crédito tem por desiderato reforçar a dotação orçamentária que atende a despesas com o sistema de defesa civil. A necessidade de proceder a esse ajustamento decorre da previsão de caráter meteorológico, associada ao aquecimento das águas do Oceano Pacífico. Recentemente, já foram observadas alterações climáticas que provocaram situação de calamidade pública e de estado de emergência no Estado do Rio Grande do Sul. Os recursos necessários à abertura do crédito em tela aduz a mensagem que serão viabilizados mediante a utilização da Reserva de Contingência."

Ora, atualmente, o problema mais sério do País é a Saúde, entretanto não foram destinados R\$150 milhões para esse setor. Outro problema sério são as estradas, entretanto também não foram destinados R\$150 milhões para esse setor. Ainda outro problema sério é a segurança pública, entretanto também não foram destinados R\$150 milhões para esse setor. Querem, contudo, reservar R\$150 milhões para uma suposta catástrofe que poderá acontecer pelo aquecimento das águas do Oceano Pacífico. A não ser que algum ser sobrenatural tenha avisado sobre essa catástrofe.

Repito: o Governo não precisa da aprovação desse crédito, porque, caso aconteça alguma catástrofe, o Orçamento Geral da União poderá ser aberto por meio de medidas provisórias.

Sabemos que todos os Estados estão necessitados. Então, por que não houve a distribuição proporcional dos recursos para cada um deles? O Estado de Pernambuco, por exemplo, deve estar precisando, bem como o Estado do Maranhão, o entorno do Distrito Federal e o próprio Distrito Federal. Por que concentrar R\$150 milhões em uma única mão, senão para fazer politicagem durante o ano de 1998? O dinheiro não será gasto este ano: ele será reservado, ficará disponível, mas é o Ministro que dará destinação, quem vai dizer onde os recursos serão aplicados.

Talvez a catástrofe que estejam prevendo seja a catástrofe eleitoral, e para tentar combatê-la estão reservando tanto dinheiro.

Dessa forma, faço um apelo aos nobres pares no sentido de que não votemos esse projeto. Se ele fosse correto, teríamos votado na sessão do Congresso Nacional. Não foi aprovado na sessão do

Congresso Nacional, porque não é correto, não é justo, não é de direito, não é honesto.

Creio que esta Comissão tem que rechaçar esse tipo de proposta. Ela não pode chancelar uma proposta que não conhece e sobre a qual o Governo não prestou as informações necessárias para que possa ser aprovada.

O meu apelo é no sentido de que rejeitemos essa proposta. Repito: se acontecer alguma catástrofe no Brasil, o Presidente da República poderá imediatamente abrir o Orçamento Geral da União, por meio de medidas provisórias, sem necessidade de convocar o Congresso Nacional, até porque já está convocado extraordinariamente.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF)

– Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Exª tem a palavra como Líder, Senador José Roberto Arruda.

Em seguida, está inscrito o Deputado Paulo Bernardo.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados, em primeiro lugar, gostaria de me congratular com o Deputado Osório Adriano, escolhido por esta Comissão para Vice-Presidente.

Em segundo lugar, é preciso que eu faça aqui um breve histórico do que ocorreu na última sessão do Congresso em relação a esse crédito, não só para ter o testemunho de vários parlamentares que lá estavam, mas também em função de notícias que foram publicadas na imprensa nos últimos dias.

Por intermédio do nosso Vice-Líder na Comissão de Orçamento, Deputado Arnaldo Madeira, fizemos um acordo com o Bloco de Oposição, o qual o Deputado Paulo Bernardo, que aqui está, acompanhou muito de perto. Por esse entendimento, chegou-se à seguinte conclusão: nós levaríamos à sessão do Congresso a peça orçamentária de 1998, ou seja, o Orçamento Geral da União de 1998 votado na Comissão Mista de Orçamento, e levaríamos a plenário todos os créditos que já tivessem sido votados na Comissão Mista de Orçamento.

Iniciada a sessão do Congresso, a primeira matéria a ser discutida e votada foi exatamente o Orçamento Geral da União. Encerrada essa votação, como Líder do Governo e com a participação das lideranças dos partidos que nos dão sustentação na Câmara e no Senado, colocamos em votação um requerimento que permitia aduzir àquela sessão os

créditos suplementares já aprovados na Comissão – que, diga-se de passagem, são fundamentais para que o Governo possa concluir o exercício fiscal cumprindo todos os seus compromissos.

Nesse exato momento, o Líder que respondia pelo Bloco de Oposição pediu ao Deputado Arnaldo Madeira que um desses créditos, exatamente este, que, na ótica da Oposição, não tinha ainda as explicações suficientes, fosse retirado de pauta.

Para não fazer a retirada de pauta pura e simplesmente, preferi uma outra alternativa: fiz um requerimento propondo a inversão de pauta e colocando este crédito em último lugar, para que tivéssemos tempo suficiente para conversar com as autoridades do Governo e com as Lideranças dos Partidos do Governo e da Oposição.

Votados os outros 53 créditos, chegamos, finalmente, a este que era, portanto, o último colocado na fila, por um requerimento que fiz à Mesa de inversão de pauta, assinado também pelos Líderes do PFL, do PMDB, do PSDB, do PTB e do PPB – fiz questão de colher as assinaturas.

No momento em que este crédito iria ser votado, o Deputado Sérgio Miranda, falando como Líder, foi ao microfone e disse que o Bloco de Oposição havia cumprido integralmente a parte do acordo que lhe cabia, o que era verdade, já que a Oposição havia votado o orçamento e os 53 créditos. Mas cobrava da Liderança do Governo o cumprimento da nossa parte no acordo, ou seja, não votar o crédito que, a julgamento deles, não tinha todas as explicações suficientes.

O Deputado Inocêncio Oliveira, como Líder do PFL, e eu nos dirigimos ao Deputado Sérgio Miranda e prestamos a S. Ex^a as informações de que já dispúnhamos naquele momento. Ainda assim, o Deputado Sérgio Miranda, falando em nome do Bloco de Oposição, não concordava com a votação naquele instante. A S. Ex^a cabiam duas alternativas, Sr. Presidente. Na primeira, eu descumpriria um acordo, o que não é do meu feitio e, além do mais, sem consequência, porque é claro que o Líder do Bloco de Oposição pediria verificação de **quorum**, no que, regimentalmente, seria atendido, e a sessão, de qualquer maneira, cairia, já que, naquele momento, não tínhamos mais do que 30 parlamentares em plenário.

Não tivemos dúvida: consultamos os líderes da base do Governo presentes, e cumpri a minha parte neste acordo: retirei de pauta este crédito. O próprio Deputado Sérgio Miranda deixou muito claro que, se este crédito fosse importante para o Governo – como o é – nós deveríamos discuti-lo e votá-lo nesta

Comissão convocada para o recesso. Estamos aqui, portanto, para discutir e votar o crédito.

Por que fiz questão de fazer esse histórico? Porque algumas notícias de jornal, atribuídas ao Líder do PMDB no Senado, meu particular amigo, Senador Jader Barbalho, davam conta de uma irritação por eu ter feito essa inversão de pauta. Já conversei pessoalmente com o Líder Jader Barbalho, que me deu sua visão do quadro, suas explicações, que me bastam e, portanto, considero este assunto superado.

Estamos aqui reunidos agora, Sr. Presidente, para discutir o crédito. O nobre Deputado Chico Vigilante traz dois argumentos fundamentais para que este crédito não seja discutido e votado hoje. O primeiro deles é o de que não teríamos explicações suficientes; o segundo é o de que, como não há previsão, ao menos no terreno humano e científico, de uma catástrofe, deve-se deixar a catástrofe acontecer, para depois cuidar dela.

O primeiro argumento, o de que não há detalhamento, está intimamente ligado ao segundo, o da conhecida catástrofe. Na verdade, Sr. Presidente, o nosso continente e, particularmente, algumas regiões brasileiras sofreram mudança climática. O fenômeno conhecido como El Niño não só gerou aumento de temperatura das águas oceânicas, como também mudou correntes de vento, o que gerou, em alguns lugares, chuvas com índices pluviométricos muito acima dos históricos, e, em outras regiões do País, secas também muito grandes.

O Ministro Fernando Catão, da Secretaria Especial de Políticas Regionais, a quem, obviamente, fui procurar para obter essas informações, citou alguns exemplos. Em Minas Gerais, especificamente no Vale do Rio Doce, a cheia foi acima de qualquer índice razoável conhecido. A Senadora Regina Assumpção e os Deputados Octávio Elisio e Márcio Reinaldo Moreira, Parlamentares do Estado de Minas Gerais, encontram-se presentes aqui e podem confirmar essa informação. Cidades do Vale do Rio Doce já sofreram transtornos extremamente grandes. Algumas ações governamentais foram solicitadas pelas prefeituras dessas cidades, com urgência, para que sejam evitados danos maiores.

O contrário está acontecendo, neste momento, em algumas regiões do Nordeste, onde está havendo secas muito grandes. Mais do que isso, há previsão de que elas continuem, o que gera a obrigação, em alguns Municípios, principalmente naqueles onde a produtividade agrícola é significativa, de construir, na emergência, dutos naturais para escoamento de água, para tentar salvar ainda a produção.

Ainda mais: no caso do Nordeste, há previsão de algumas frentes de trabalho, que empregariam milhares de pessoas que estão hoje em situação de miséria, inclusive com fome. É preciso que o Governo organize essas frentes de trabalho rapidamente. As pessoas receberão alimentos e um valor em dinheiro, bastante pequeno, mas que, na situação de crise da seca que enfrenta o Nordeste, será fundamental.

Em Santa Catarina, apenas para citar um terceiro exemplo, chuvas acima dos índices pluviométricos globais ocasionaram cheias bastante significativas, inclusive, como vimos pela imprensa, principalmente pela televisão, com danos bastante grandes à vida urbana em algumas cidades industrializadas.

Essas emergências, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Congressistas, têm que ser atacadas de pronto. Claro está que a Secretaria de Desenvolvimento Regional não pode inventar frentes de obras ou serviços emergenciais. O Secretário de Políticas Regionais, Ministro Catão, dizia-me inclusive que esses recursos não são suficientes para o atendimento dos pleitos de todos os Municípios brasileiros que estão pedindo socorro num momento de emergência, de enchente ou de seca, causado pelo El Niño. No entanto, a Secretaria de Desenvolvimento Regional, tendo em vista que este é o recurso disponível, tratará de ver as prioridades.

Obviamente, cabe-me aqui, como Líder do Governo, assumir um compromisso com os Srs. Deputados e os Srs. Senadores: o de que a aplicação desses recursos seja fiscalizada, como é do seu dever, pelo Governo e pelos órgãos competentes, e que, naturalmente, o Congresso Nacional tome conhecimento não só das prioridades como das razões que levarão a Secretaria de Desenvolvimento Regional a escolhê-las.

Vejam, Srs. Congressistas, como a atividade política é paradoxal. Compete-me também defender, desta tribuna, o Senador Jáder Barbalho, Relator da matéria, para dizer que S. Ex^a recebeu praticamente 900 emendas, nenhuma delas atendida, por entender S. Ex^a que, como está escrito no relatório, deve a Secretaria Especial de Políticas Regionais concentrar todas as angústias, todos os anseios, todos os chamamentos do País e verificar, olhando o Brasil como um todo, quais são as prioridades e as emergências. Por isso, S. Ex^a não acatou as emendas.

No entanto, essas emendas servem para um diagnóstico: se Parlamentares brasileiros fizeram 900 emendas a este crédito, e se eles as fizeram – como é de se supor, como é da minha crença – ten-

do em vista as necessidades das regiões ou dos Municípios que representam, claro está que os Municípios e as regiões estão clamando por uma ação de emergência.

Poderíamos deixar esse crédito...

O Sr. Chico Vigilante (Bloco/PT – DF) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Concedo o aparte ao Deputado Chico Vigilante.

O Sr. Chico Vigilante (Bloco/PT – DF) – Nobre Senador, emenda alguma dos Congressistas foi atendida. Estamos é concentrando R\$150 milhões nas mãos de um Ministro, que distribuirá de acordo com a própria vontade política. É claro que os Parlamentares conhecem as suas regiões, conhecem a sua realidade, só que eles não foram atendidos.

O Sr. Arlindo Vargas (PTB – RS) – Concede-me V. Ex^a um aparte, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Senador José Roberto Arruda, para conhecimento de V. Ex^a, quero informá-lo de que V. Ex^a está na tribuna há 12 minutos.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Sr. Presidente, quero consultar V. Ex^a se, no Regimento Comum, falando como Líder do Governo, eu não estaria...

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sr. Senador, independentemente do que dispõe o Regimento, a Mesa entende que a rigidez no controle do tempo, neste momento, em nada ajuda o esclarecimento completo da matéria. De maneira que V. Ex^a tem a palavra assegurada.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Muito obrigado.

Concederei o aparte solicitado pelo Deputado Arlindo Vargas.

O Sr. Arlindo Vargas (PTB – RS) – Quero cumprimentar V. Ex^a pelas explicações que dá a esta Casa. Quero dizer que essa ação do Governo é meritória, porque vem ao encontro de duas comissões especiais que há no Congresso – uma nesta Casa, o Senado, e outra na Câmara – para prevenir as ações nefastas do El Niño. Quando o Governo se previne para atender às necessidades de uma possível catástrofe, não posso entender por que as oposições se opõem de uma forma tão radical. Se faltar atendimento, a crítica ao Governo virá violentamente. Quero salientar que o meu Estado, o Rio Grande do Sul, foi violentamente atingido pelo El Niño. Três cidades históricas, São Borja, Itaqui e Uruguaiana, foram atingidas por enchentes e depois por vendavais e necessitam muito do apoio do Governo Federal.

Por isso, o PTB concorda com V. Ex^a e com esse projeto.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF)

– Muito bem. Sr. Presidente, para concluir: o fenômeno climático já ocorreu. As suas consequências, cheias, secas ou vendavais, infelizmente já ocorreram. Os danos estão causados às cidades e ao campo. O Governo Federal busca um crédito de R\$150 milhões para atender às prioridades – que não foram inventadas por ele, mas que lhes foram encaminhadas pelos Municípios e pelos Estados da Federação.

Cumpra, então, esclarecer dois pontos fundamentais: a votação deste crédito tem amparo regimental? O § 6º do art. 1º é claro: esta Comissão pode se reunir para votar crédito, desde que ele tenha sido aprovado na Comissão Mista de Orçamento. E este crédito foi. Segundo ponto: deve a Comissão votá-lo, agora não mais sob o aspecto legal? Deve, se houver urgência, porque, caso contrário, vota-se no reinício dos trabalhos desta Casa.

Ora, parto do princípio, Sr. Presidente, de que as informações que me foram prestadas pelo Secretário de Políticas Regionais e pelo Relator merecem crédito. Sendo assim, cidades brasileiras sofreram consequências bem desagradáveis e não podemos ficar esperando pela recuperação dessas cidades, dessas estradas ou do campo.

Dessa forma, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, proponho a esta Comissão que, efetivamente, discuta e vote esse crédito ainda hoje. Mais do que isso, Sr. Presidente, tive o cuidado de conversar sobre esse assunto com Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, hoje pela manhã, e em seu nome, como Líder do Governo no Congresso, quero dizer que o Governo fará toda a fiscalização do encaminhamento desses recursos. E mais do que isso, por uma exigência dos Líderes dos Partidos Políticos que dão sustentação ao Governo nesta Casa, tornará a aplicação desses recursos pública e transparente, como deve ser, apenas não se criando obstáculos de tempo para a sua aplicação, porque eles poderiam inclusive ficar desnecessários.

Espero, portanto, que com essas explicações tenha deixado claro três pontos: primeiro, e mais importante, a necessidade do crédito; segundo, que, como Líder do Governo, cumpro rigidamente o acordo que tinha feito com a Oposição, e cumpro agora a minha missão de Líder no encaminhamento do crédito; terceiro, que as colocações feitas em órgão da imprensa foram, no mínimo, injustas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo Bernardo.

O SR. PAULO BERNARDO (Bloco/PT – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, quero dar o meu testemunho de que o Líder, Senador Arruda, fala a verdade quando relata o que aconteceu em termos de tramitação desse projeto, principalmente no que tange à sessão em que aprovamos o Orçamento e aquele número bastante grande de créditos pedidos pelo Governo.

Gostaria de acrescentar algo desagradável, mas extremamente importante, relacionado ao assunto que estamos discutindo: esse crédito, Sr. Presidente, foi aprovado na Comissão Mista de Orçamento por uma manobra deselegante, porque havia um acordo da direção da Comissão com a Oposição para que fossem solicitados ao Governo alguns esclarecimentos. A despeito disso, a Comissão reuniu-se com três Parlamentares, os quais votaram esse crédito antes que o Deputado João Fassarella, da nossa Bancada, chegasse e pedisse verificação de **quorum**.

Temos que "colocar o dedo na ferida", porque há um problema grave.

Em função da premência de tempo e da necessidade – que todos, governistas e oposicionistas, reconhecem existir – de se votar o Orçamento, de se votarem créditos importantes, temos sido tolerantes. A Comissão tem ficado, às vezes, de um dia para o outro com o livro aberto, e, portanto, é passível de acontecer esse tipo de manobra.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, o Líder, Senador Arruda, apresenta as razões que julga necessárias à edição desse crédito. Na verdade, S. Ex^a repetiu com um pouco mais de ênfase o que o Governo colocou na Exposição de Motivos que nos remeteu, de quatro parágrafos. Num deles, sucintamente diz que há uma necessidade de se proceder a esse ajustamento em função da previsão de caráter meteorológico, associada ao aquecimento das águas do Oceano Pacífico, e que, recentemente, já foram observadas alterações climáticas que provocaram situação de calamidade pública e de estado de emergência no Estado do Rio Grande do Sul.

Com relação a isso, temos de nos perguntar: essas calamidades provocadas pelo fenômeno El Niño foram quantificadas? O prejuízo foi quantificado? Já temos uma medida do prejuízo que isso provocou em todo o País? Esse prejuízo pode ser distribuído pelos Estados brasileiros? Qual deles teve maior prejuízo? O Rio Grande do Sul? Quanto des-

ses recursos atenderá a calamidades acontecidas no Rio Grande do Sul, ou em Santa Catarina, ou à seca em alguns Estados do Nordeste? Fizemos esses questionamentos na Comissão, Senador José Roberto Arruda, V. Ex^a sabe bem disso, e não recebemos as informações necessárias sobre esse projeto.

Lembro, inclusive, que se trata de um projeto de crédito suplementar, o que, tecnicamente, significa que o Governo, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Regional, terá que empenhar esses recursos até o dia 31. Os recursos que não forem efetivamente liberados deverão ser inscritos em "restos a pagar" ou todo o esforço terá ido por água abaixo, não servirá para nada, pois os valores não poderão ser liberados para as eventuais catástrofes que ocorram no próximo ano.

Isso leva a um outro problema: quase que certamente, até o dia 31 haverá um verdadeiro vendaval de liberação de recursos, às pressas, para atender à urgência. Foram apresentadas mais de 900 emendas parlamentares e, com isso, o desaparecimento desses R\$150 milhões será um fenômeno mais rápido do que o El Niño, até por obrigatoriedade técnica, pois, repito, se esses recursos não forem empenhados nem inscritos em "restos a pagar", não poderão atender seu objetivo.

Sr. Presidente, é extremamente desconfortável discutirmos, no dia 16 de dezembro, um crédito de R\$150 milhões, que, como bem disse o Deputado Chico Vigilante, ficarão à disposição do Secretário Fernando Catão, que terá o poder de liberá-los para quem bem entender.

Conversando com vários Parlamentares, eu soube da existência de centenas de projetos no Ministério, à espera da aprovação. A pior catástrofe que poderá acontecer será a forma de utilização desses recursos.

Portanto, poderíamos esperar – embora reconheça que o Senador Arruda tenha procurado fazê-lo – pelo menos por um pouco mais de esclarecimento. Esse crédito tem de ser regionalizado e deve ser estabelecido o Estado que irá recebê-lo.

Se o Governo nos diz que sabe onde há problema, onde ocorreram as catástrofes provocadas pelo El Niño, então é perfeitamente possível nos dizer para onde irão esses recursos, eliminando a idéia de que o Secretário Fernando Catão poderá promover uma "farra" no final do ano, de que fará uma distribuição de R\$150 milhões, a toque de caixa, pois após o dia primeiro de janeiro, se não estiverem inscritos em "restos a pagar", não poderá mais gastá-los, mesmo que ocorra uma catástrofe.

A nossa Bancada sequer chegou a se pronunciar sobre esse crédito, pois pedimos informações, foi feito um acordo e havia um compromisso de que elas nos seriam fornecidas. Isso não ocorreu. A Comissão votou a toque de caixa, e também pensamos que, a toque de caixa, serão gastos esses R\$150 milhões.

Lamentamos que, através de uma manobra, tenha sido cumprido um dispositivo regimental permitindo que a Comissão Representativa se pronuncie e aprove um crédito como esse, contra o nosso voto, pela absoluta insuficiência de informações.

Ainda queremos saber o que será feito com esses R\$150 milhões.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Leonel Paiva.

O SR. LEONEL PAIVA (PFL – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Meu nobre Deputado Osório Adriano, Vice-Presidente desta Comissão, Brasília, Uberaba, o PFL e eu estamos orgulhosos de V. Ex^a

Sr. Presidente Geraldo Melo, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, acho necessário que haja um grande respeito à postura, à probidade e à honestidade do Ministro Fernando Catão. É necessário que seja aqui reconhecida a sua capacidade administrativa e gerencial. É necessário que seja aqui percebida a sua sensibilidade política, aliada a todas essas outras qualidades. É necessário que o meu nobre Deputado Chico Vigilante, da minha cidade, quando disser que há desonestidade, coloque o nome dos desonestos e assuma a responsabilidade disso. Porque uma acusação desse nível não pode deixar de ser nominada, é muito ruim isso acontecer no Parlamento brasileiro. V. Ex^a, Deputado Chico Vigilante, por certo, tem mais conhecimento esotérico que a própria Fundação Cobra Coral, porque está assegurando que não haverá catástrofe. Não conheço esse lado de V. Ex^a

O Senador Jader Barbalho não poderia, como não pôde, acatar 900 emendas a uma verba de R\$150 milhões. S. Ex^a, sim, estaria cometendo um ato de superpoderoso, ao determinar quais seriam as aceitas e quais seriam as rejeitadas. Transferiu, com muita sabedoria, essa responsabilidade a quem mais entende de defesa civil no País, que é o Ministro Catão e sua equipe. Eu não poderia deixar de vir a esta tribuna para louvar todas as ações do Ministro Catão no tempo de seu mandato à frente da Secretaria.

Deixo consignado o meu irrestrito apoio ao que foi dito pelo Senador José Roberto Arruda em todas as suas conclusivas manifestações. Porque se há uma manifestação, mesmo que curta e incisiva, existe essa justificação completa e que define por inteiro a necessidade de que a emenda seja votada aqui, neste momento, agora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Com a palavra a Senadora Emilia Fernandes, por dez minutos, para discutir.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, estamos, nesta Comissão Representativa do Congresso Nacional, discutindo e deliberando sobre uma solicitação do Poder Executivo de um crédito suplementar da ordem de R\$150 milhões, para atender despesas com o Sistema Nacional de Defesa Civil.

Entendo que devemos abordar esse assunto sob dois aspectos: um deles, que já foi aqui colocado, se refere à tramitação, à necessidade, à urgência e à forma como esse projeto foi tratado na Comissão de Orçamento; o outro aspecto diz respeito à questão do valor, da necessidade, da importância do próprio Sistema de Defesa Civil no País.

Quanto ao primeiro aspecto, Sr. Presidente, associamo-nos à preocupação aqui manifestada por Parlamentares de que esse projeto foi aprovado na Comissão de Orçamento, na reunião do dia 4 de dezembro, com um plenário esvaziado, inclusive contrariando aquela linha de diálogo que sempre existe com a base governista, com os Partidos que apoiam o Governo, e com os Blocos de Oposição, até porque ninguém do Bloco de Oposição esteve presente nem pôde contestar – isso é um fator que deve ser registrado.

Por outro lado, lembramos também que, em se tratando de situações de calamidade pública e de estado de emergência, o Poder Executivo tem amparo constitucional para abrir crédito extraordinário sem a necessidade de prévia autorização legislativa, a qualquer momento, inclusive por medida provisória.

Falou-se aqui, e o Líder do Governo defendeu, sobre a necessidade da urgência. Quero questionar, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, que com a remessa do projeto ao Congresso Nacional, pelo Presidente da República, veio um anexo intitulado "Anexo à exposição de motivos do Ministério do Planejamento e Orçamento", de nº 245, e datado do dia 28 de outubro de 1997 – bem recente, portanto. Na síntese dessa exposição de motivos, há a síntese do

problema, dizendo que se trata de uma insuficiência de dotação orçamentária para a cobertura de despesas com o Sistema Nacional de Defesa Civil – despesas, em geral.

O item 5, que pede razões que justifiquem a urgência – vejam bem que a Liderança do Governo diz que esse é um assunto urgentíssimo, razão por que temos que estar aqui, numa Comissão Representativa, votando rapidamente – está em branco. O Governo não colocou palavra alguma, nenhuma necessidade ou afirmação que explique por que estamos votando algo que deve ser distribuído – não sei com que critério nem com qual emergência realmente seria – até dia 31 de dezembro deste ano.

Outro fato que eu gostaria de lembrar é que, na justificativa, em suas ponderações, o Governo chama atenção no sentido de que o critério proposto tem a finalidade de reforçar a dotação orçamentária que atende às despesas com o Sistema de Defesa Civil, e a necessidade de proceder a esse ajustamento decorre da previsão de caráter meteorológico e do fato de já terem sido observadas alterações climáticas que provocaram situações de calamidade pública e de estado de emergência no Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, realmente, o Rio Grande do Sul enfrentou um momento de grande calamidade. Houve mais de 15 mil pessoas desabrigadas em todo o Estado, com chuvas, granizo, ventos, tempestades, tormentos, enfim, até mortes foram registradas. A fronteira, inclusive – região de onde provenho – foi a parte do Estado mais atingida. Em alguns municípios decretou-se mesmo a calamidade pública; em outros, houve nove mil desabrigados, como ocorreu com o pequeno Município de Itaqui.

Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, queremos que os representantes do Governo nos demonstrem aqui e agora, com objetividade e clareza, o quanto chegou de recursos da Defesa Civil Nacional para o Estado do Rio Grande do Sul, a fim de socorrer esses quase 15 mil desabrigados. Se alguém tem essa informação precisa, que nos esclareça agora, porque somos da região que ficou debaixo d'água e não sabemos da quantia determinada pela União ao Rio Grande.

Entramos em contato com a Defesa Civil aqui. Disseram-nos que, objetivamente, foi feito o deslocamento de técnicos para uma avaliação *in loco*, que somente sobrevoaram a região; nem contato tiveram com aqueles que estavam atirados à miséria e à doença. Sobrevoaram a região, desacreditando a

palavra do Governador e dos Prefeitos, colocando também em dúvida as próprias fotos que eram manchetes em todos os jornais do País. Por isso, quero obter essa informação correta, clara, Srs. Parlamentares.

Entrei em contato com o Ministério da Agricultura, a fim de saber se levariam comida àquela gente, que era o mais necessário. Disseram-me, pessoalmente, que se for solicitado, oficialmente, por meio de uma determinação do Ministério, a Conab pode deslocar alimentos. Mas, até aquela data – não me lembro precisamente o dia em que telefonei, mas foi no auge da calamidade –, nenhuma ajuda tinha sido solicitada. Sabemos das dificuldades por que passaram aquelas pessoas, mesmo com todo o esforço e ajuda de todo o Rio Grande – e acredito que até de fora dele – houve um tratamento de solidariedade.

Então, repito: gostaria de ter esse esclarecimento oficialmente.

Sr. Presidente, entendo que se se trata de uma matéria a ser utilizada imediatamente, tínhamos, por consideração e por respeito ao Congresso Nacional, de ter recebido no mínimo uma listagem, juntamente com o projeto. Dessa forma, poderíamos ter constatado os municípios do nosso Estado com os maiores problemas, com pessoas desabrigadas. E foram atingidos aproximadamente 100 municípios, ou seja, o fato concreto que já aconteceu poderia ter sido acompanhado aqui.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, defendemos a questão da Defesa Civil como um todo. Somos parceiros da importância de se construir, inclusive em todo o País, nos Estados e nos Municípios, organizações que realmente trabalhem com a prevenção e com a educação. Não podemos deixar os rios transbordarem por desmatamento ou por colocação de lixo indevido, para só então socorrer as pessoas. Quero que esse ponto fique bem registrado – e esse é o segundo item que gostaria de abordar –, dizendo ainda que, atualmente, o Sistema de Defesa Civil Nacional não está tendo a mesma atenção, o mesmo respeito e a mesma valorização dos técnicos que trabalham nesse Departamento. Há muito tempo eles vêm anunciando.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo. Fazendo soar a campanha.)

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que seja tão tolerante quanto foi com a Liderança do Governo, pois estou falando em nome da Liderança do Bloco. Peço, então, que V. Ex^a nos conceda um ou dois minutos para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Ex^a sabe que terá sempre a tolerância da Mesa, consciente da responsabilidade com que V. Ex^a trata o assunto.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Estou falando em nome do Bloco do Senado e, logicamente, temos um pouco de dificuldade de expor nossas preocupações em dez minutos.

Srs. Senadores e Srs. Deputados, temos uma preocupação com a equipe da Defesa Civil Nacional, que tem trabalhos belíssimos de prevenção. Trata-se de um órgão, dentro de um Ministério, classificado no quinto escalão. Temos que nos atentar para isso. Temos que tomar medidas emergenciais, mas também medidas sólidas, consistentes, de valorização desse trabalho científico, desses técnicos altamente capacitados. Como bem lembrou a Comissão do Senado da República: temos que dar suporte de cunho definitivo.

Está aqui o relatório, que não está solicitando verbas, no último momento, no apagar das luzes, às vésperas do encerramento dos trabalhos, sem que saibamos o seu destino.

Srs. Senadores, Srs. Deputados, como disse, foram aproximadamente 100 municípios atingidos. Vou exigir, por intermédio de requerimentos, informações sobre o paradeiro desse dinheiro, se ele vai chegar ao seu real destino ou se vai ficar depositado para ser utilizado em 1998, na caça aos votos, como normalmente acontece nos Estados, nos anos de eleição.

Não basta socorrer vítimas, contabilizar prejuízo, pegar dinheiro de última hora. Temos que trabalhar num estágio de desenvolvimento do País, da consciência da sua população frente às situações de calamidade que permitam ações e que justifiquem ações desencadeadas do Congresso Nacional, do Governo, das Prefeituras, dos Governos dos Estados, a fim de que se evitem esses problemas. Não podemos continuar brincando com a miséria e, em nome dela, continuarmos destinando recursos para um caixa único.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Senadora Emilia Fernandes, a Mesa apela para que V. Ex^a conclua o seu discurso.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS) – Estou concluindo, Sr. Presidente.

O parecer diz: "submete à apreciação do Congresso Nacional o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade So-

cial da União crédito suplementar em favor do Ministério do Planejamento".

Também gostaria de ter uma explicação melhor sobre "abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União recurso para o Ministério do Planejamento". Onde está contingenciado esse dinheiro que está indo para a Defesa Civil?

Queremos que as decisões sejam tomadas com mais reflexão, com mais embasamento. Devemos, enquanto Parlamentares, fiscalizar e acompanhar de perto o emprego das verbas públicas.

São essas as preocupações que deixo registradas por entender que é do nosso dever.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra, como Líder, ao nobre Deputado Inocêncio Oliveira.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, ouvi atentamente algumas intervenções a respeito deste crédito suplementar para a Defesa Civil.

Sr. Presidente, desconhecer que teremos o maior desastre ocasionado pelo fenômeno El Niño é desconhecer uma realidade científica altamente especializada, tecnológica, de que hoje o homem é capaz de prever as grandes catástrofes.

Todos sabem que esse fenômeno aparece de vez em quando, aquecendo as águas do Oceano Pacífico, deslocando os ventos e fazendo com que as nuvens aquecidas, ao chegarem ao Continente, precipitem-se, causando grandes enchentes no litoral.

O maior desastre causado pelo fenômeno El Niño aconteceu em 1982/83 e já se prevê que, neste ano, o prejuízo será muito superior; diz-se que será o fenômeno El Niño do século.

Nesta justificativa, o próprio Governo diz que esses R\$150 milhões são para tratar os efeitos dramáticos desse fenômeno, ou seja, ele está atendendo à cobrança feita pela Oposição, no sentido da prevenção, de não deixar que o fenômeno aconteça para que, então, possa se repetir. Com muita propriedade, o Líder do Governo no Congresso Nacional, falou do que já aconteceu em Minas Gerais, em Rio Doce e nas cidades vizinhas. Também a ilustre Senadora Emilia Fernandes descreveu o que aconteceu no oeste do Rio Grande do Sul, na fronteira com a Argentina, onde cerca de cem municípios foram atingidos pelos efeitos das cheias do rio Uruguai. Portanto, os fenômenos estão acontecendo. E não é apenas no nosso País. Frequentemente temos notícia de outros países, como a Índia, a Austrália, a China, onde houve cheias enormes. Preve-

nir-se contra os efeitos dramáticos do fenômeno El Niño é o mínimo que o País pode fazer.

Sr. Presidente, os jornais de hoje informam que o Governador de Pernambuco fez uma reunião com cento e vinte prefeitos e anunciou a liberação de R\$56 milhões para prevenir os efeitos da seca em nosso Estado. Esse dinheiro será usado para construção de cisternas nas escolas públicas, barragens, poços artesianos, poços amazonas, barragens subterrâneas e assim por diante. O Governador está prevenido para enfrentar os efeitos dramáticos que advirão do fenômeno El Niño.

Também ouvi a ilustre Senadora falar das razões que justificam a urgência em virtude dos efeitos dramáticos do fenômeno El Niño, o que já foi dito na justificativa. Não precisava repetir. Já existem casos concretos, não se trata apenas de prever o que vai acontecer. Há os casos do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais.

Em nossa região, as chuvas atrasaram. Ainda não há seca, porque lá o período de inverno se estende até o dia 18 de março. O nosso homem do campo acredita que isso ocorre porque 19 de março é Dia de São José, mas, na verdade, esse dia marca a ocorrência do equinócio. Se não chover até essa data, haverá uma grande seca. Mas os efeitos dessas grandes trovoadas não estão aparecendo. Não está havendo chuvas. Em todos os Estados do Nordeste, há escassez de chuva, mesmo nesse período em que já deveria estar chovendo.

Aqui foi feita a seguinte pergunta: de onde vem esse dinheiro? Esse dinheiro vem da reserva de contingência da União. Isso está expresso no projeto. É bom que se leia o projeto, pois tudo isso nele está especificado.

Também é dito que ninguém leu o projeto. Desses R\$150 milhões, o Governo vai gastar 40% com os Municípios e 60% com os Estados. Está escrito no projeto que R\$60 milhões serão destinados ao atendimento da defesa civil dos Municípios e que os outros R\$90 milhões serão destinados ao atendimento dos Estados. Isso atende rigorosamente ao que a ilustre Senadora Emilia Fernandes pediu, ou seja, que o seu Estado pudesse dispor de alguns recursos para fazer face aos efeitos dramáticos das cheias do rio Uruguai, as quais atingiram mais de 100 Municípios daquela região.

Sr. Presidente, temos o dever e a obrigação de dotar o Governo dos instrumentos necessários para enfrentar esses graves problemas. O Congresso Nacional tem o dever e a obrigação de fiscalizar a aplicação desses recursos. É o que podemos e deve-

mos fazer. Aqui, a Oposição é atuante e conhece profundamente o assunto: o Deputado Paulo Bernardo é um grande especialista em orçamento; o Deputado Chico Vigilante tem sido muito atuante; o Deputado Agnelo Queiroz e vários outros também conhecem o problema e se preocupam com ele. Essa Bancada pode fiscalizar a aplicação desses recursos.

O que não se pode, nesta hora, é negar esses recursos sob pena de sermos acusados de desconhecer algo que está acontecendo em todo o mundo e que, infelizmente, irá acontecer no Brasil: os efeitos dramáticos do fenômeno El Niño.

Acredito que, por tudo isso, teremos condições de aprovar os R\$150 milhões para a defesa civil.

Sr. Presidente, era o que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Como penúltimo orador inscrito para discutir, concedo a palavra ao Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PSDB – ES. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, nessa oportunidade, eu gostaria de caracterizar que, no bojo da documentação que nos foi enviada, existe um tópico muito tranqüilo que, por si só, já não demanda nenhum outro tipo de definições ou esclarecimentos. No que tange ao programa de trabalho que a suplementação do projeto envolve, fica caracterizado na Rubrica 1508101782219 que a coordenação do Sistema Nacional de Defesa Civil visa – e está aqui o crédito de R\$150 milhões, conforme foi observado – organizar a defesa permanente contra as calamidade públicas e situações de emergência, especialmente desastres, colaborando, assim, no atendimento assistencial e na recuperação das localidades atingidas, bem como na modernização do Sistema Nacional de Defesa Civil.

Acredito que, por si só, já se tornam bem claros os objetivos desse projeto. Sinto muito que a suplementação e os créditos sejam somente de R\$150 milhões. No que tange ao problema levantado por um de nossos antecessores, de que não existe justificativa para a urgência do presente projeto, gostaria de dizer que isso se refere a cada projeto que for acrescentado, que for analisado pela Secretaria Especial de Políticas Regionais. Evidentemente, como se trata de problemas de calamidade pública resultantes de enchente, de seca ou de vendaval, cada projeto terá sua justificativa, que será separada e analisada pelo grupo técnico da Coordenação de Políticas Regionais, tão bem gerenciada pelo Ministro Fernando Catão.

Eu queria dizer, Sr. Presidente, que não poderia haver pessoa melhor do que o Ministro Catão

para exercer a chefia dessa Coordenação. S. Ex^a é de uma probidade incontestável. Não é do meu Partido, mas o conheci durante esse período em que estou em Brasília em virtude do exercício do meu mandato parlamentar. Os critérios que estão sendo analisados pelo Ministério são os mais rigorosos possíveis. Para um projeto qualquer passar pelo Ministro Catão e seu Ministério, é necessária uma demanda burocrática que eu julgo até excessiva. No caso específico do Espírito Santo, por exemplo, acredito que o máximo que o Estado demandaria desses R\$150 milhões seria 0,5% ou 1% do total. No entanto, desde 1995, está sendo pedida uma medida provisória para dotação orçamentária específica para enfrentar o nosso problema de seca. Esse pedido foi formulado por todos os três Senadores do meu Estado, presentes aqui nesse colendo solidário. O Líder do Governo, Senador Elcio Alvares, e os Senadores Gerson Camata e José Ignacio Ferreira demandaram medidas urgentes para o nosso Estado.

Hoje podemos dizer que, apesar de o Espírito Santo ser um Estado pequeno, incrustado na Região Sudeste, seus habitantes têm aumentos de renda, em média, superiores ao do Brasil, mas também lá existem problemas terríveis de distribuição de renda. O norte do Espírito Santo está demandando um tratamento urgente das autoridades federais antes que se acabe, e isso já foi mencionado aqui pelos Senadores que ora estão defendendo a proposta de aliança dos nossos 27 Municípios ao norte do Rio Doce com os programas relacionados com a Sudene. Em 15 desses Municípios, nos últimos três anos, a população diminuiu. É bom que se diga que os brasileiros, a grande imprensa não sabe o que é o norte do Estado do Espírito Santo. Como não vamos aprovar medidas desse tipo, Sr. Presidente? O Ministro Catão, reconhecido internacionalmente pelos seus trabalhos, tem procurado, com todo zelo, com toda proficiência, com toda dedicação, atender aos Municípios necessitados do Brasil. Não diria os 100 Municípios do Rio Grande do Sul, que é um Estado poderoso, grande e que também está aqui, até como parte da justificativa, demandando que se aloquem recursos para lá, não diria os Municípios do Vale do Jequitinhonha, não diria os Municípios entre o Vale do Jequitinhonha e o norte do Estado do Espírito Santo, delimitado ao sul pelo rio Doce. Quando o Senador José Roberto Arruda mencionou o problema do rio Doce e do rio Piraicaba, mencionou os municípios do Estado de Minas Gerais. Os municípios ao norte do rio Doce no Estado do Espírito Santo estão demandando o mesmo cuidado.

Nosso município é o segundo maior produtor de café conilon do Brasil, apesar de o Estado ter 0,5% da área nacional. Com a quebra de 40% de todas as produções de todos os tipos de café, principalmente o conilon, ocorreu a desertificação de imensas áreas do Estado do Espírito Santo. Ora, isso tem de chamar a atenção da Nação. Quando houve a seca de 1995 e a seca de 1996, Senadores e Deputados fizeram apelo para que se dedicassem mais recursos às nossas populações carentes, aos pequenos agricultores desassistidos, e o governo pouco fez para ajudar o capixaba carente, o capixaba do interior. O resultado disso foi a diminuição das populações daqueles municípios, diminuição da renda, miséria absoluta, migração para as grandes capitais, principalmente para a Grande Vitória, nos últimos dois anos. Agora, temos aqui uma maneira de se conciliar a realidade da Secretaria Especial de Políticas Regionais com as demandas, com as necessidades do Estado do Espírito Santo.

Eu gostaria, Sr. Presidente, não de só caracterizar o problema do Espírito Santo, que é um Estado pequeno, mas de apelar aos Srs. Parlamentares para que votem. Mesmo sendo pequena a quantia, R\$150 milhões, temos pouco tempo para aplicá-la, por causa da burocracia. Se não formos rápidos, mesmo sendo insuficientes, esses recursos não serão aplicados. É importante que esta medida seja votada hoje. Quando se fala em defesa civil no Brasil, é preciso trabalhar com urgência urgentíssima. Em São Paulo, quando acontece uma enchente, os prejuízos são incalculáveis.

Eu apelo para o bom senso dos Srs. Senadores e Deputados que aqui se encontram, porque os carentes estão na expectativa da nossa ajuda, e não é por causa de procedimentos legislativos burocráticos que vamos atrapalhar ainda mais a sua vida e diminuir ainda mais as suas esperanças.

Concluo, Sr. Presidente, fazendo um elogio ao Ministro Catão, esperando que ele tenha tempo para os milhares de projetos que se encontram sob sua coordenação, e não são só projetos de Deputados ou Senadores da situação, são projetos e demandas também de Deputados e Senadores da oposição. O que estamos para votar independe de situação ou oposição. Precisamos, sim, competentemente, aplicar esses recursos e diminuir as agruras dos mais necessitados no Brasil.

Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA (Bloco/PMDB – BA)

– Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Deputado Geddel Vieira Lima, como Líder.

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA (Bloco/PMDB – BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, se-
rei breve. Ouvi com atenção os diversos oradores

que trouxeram suas posições a respeito desta proposta de crédito.

Minha intervenção é no sentido de trazer aqui, na condição de Líder do PMDB na Câmara, o nosso testemunho ao trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Ministro Fernando Catão. S. Ex^a, em todas as oportunidades, tem procurado ser, como de fato o é, o mais responsável, o mais equânime possível na administração dos recursos públicos. Nunca vi, não conheço queixas de parlamentares ou de Partido no sentido de que eventualmente o Ministro Fernando Catão privilegia A ou B, seja parlamentar, seja partido ou região deste País.

Tenho absoluta convicção de que foi feliz o Senador Jader Barbalho, dada a falta de tempo para uma análise mais criteriosa das inúmeras emendas que os parlamentares apresentaram, ao deixar ao Ministro Fernando Catão e a sua competente equipe a responsabilidade de administrar esses recursos frente às necessidades, que torcemos para que não existam, mas que eventualmente poderão existir, algumas delas já aí batendo às nossas portas, como o fenômeno climático El Niño, que traz graves problemas para o País.

Ao dirigir-me respeitosamente a esta Comissão Representativa do Congresso Nacional, eu o faço no sentido de apelar para que aproveemos este crédito, dando ao Governo, dando ao Ministro Fernando Catão a oportunidade de ter os instrumentos – rogamos para que não seja necessário em sua total intensidade –, para evitar que problemas sérios surjam no País.

Portanto, fica o nosso apelo e a palavra do Líder do PMDB na Câmara no sentido de que estamos absolutamente conscientes de que o Ministro Fernando Catão, em sendo aprovado este crédito, haverá de desenvolver um grande trabalho em prol do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Com a palavra o último orador inscrito para discutir, o Deputado Agnelo Queiroz.

O SR. AGNELO QUEIROZ (Bloco/PCdoB – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, uma solicitação de verba suplementar para socorrer qualquer tipo de calamidade, qualquer tipo de emergência do nosso povo, seria aprovada a qualquer tempo, a qualquer hora, por qualquer parlamentar desta Casa. O que estamos discutindo é como este crédito está sendo aprovado, e não o mérito de sua necessidade. Devemos conceder mais recursos para a defesa civil desenvolver ações preventivas. Todavia, estranharnos que a aprovação deste crédito ocorra neste momento, depois de ter sido aprovado na Comissão Mista do Orçamento, em uma situação no mínimo estranha, com três Parlamentares, e deixou de ser aprovado quando aprovamos o Orçamento, ou seja, no Plenário do Congresso Nacional. A Comissão Representativa

do Congresso tem a responsabilidade de decidir sobre uma matéria em relação à qual não temos informações necessárias para aqui definirmos a questão.

Sabemos que qualquer pedido de crédito para qualquer tipo de calamidade no Brasil será aprovado. E mais: o Governo tem o instrumento da medida provisória, que objetiva justamente um caso como este, de emergência. A medida provisória é utilizada em casos de extrema emergência e necessidade para a população e não para tirar direito de trabalhador, de aposentados, tirar licença-prêmio. É evidente que isso não caracteriza urgência e deveria ser aprovado como projeto de lei, e não como medida provisória... Para aprovar o crédito, precisamos de mais informações, como será utilizado esse recurso, porque sua utilização até o final do ano será aprovada agora. A Comissão Representativa não pode assumir esta responsabilidade.

Portanto, Sr. Presidente, de forma muito objetiva, apelo à Comissão Representativa para que não votemos este crédito. É bem verdade, como disse o Líder do PFL, que podemos acompanhar a utilização desses recursos. Entretanto, de forma preventiva, o correto seria não aprovar, porque não temos garantia de como serão aplicados. Não há perigo algum, dificuldade alguma; caso o Governo tenha necessidade de utilizar um recurso de forma emergencial, existe o instrumento. Não vamos legitimar a votação deste crédito que foi aprovado, nessas condições, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e foi retirado de votação no Congresso quando da votação do Orçamento.

Portanto, deve haver maiores esclarecimentos.

Creio que o Congresso irá votar qualquer recurso de fato destinado a esse fim, ou seja, para socorrer em qualquer eventualidade, em qualquer catástrofe que venha a ocorrer no Brasil.

Sr. Presidente, foi afirmado por vários parlamentares da necessidade de aplicação de recursos financeiros em várias áreas vitimadas pelas alterações climáticas no Brasil, e o nosso povo mais carente é quem mais sofre com isso. Por isso deveriam ser alocados recursos de forma mais efetiva, visando socorrer essas populações, e não apenas se tratar aqui de uma emenda que destina recursos de emergência, com a justificativa de necessidade urgente dessas populações. Há necessidade, sim, de um esforço para alocar cada vez mais recursos de forma permanente e não recursos esporádicos que não tenham indicada uma clareza e transparência sobre onde serão aplicados, especialmente neste momento em que se enceram as atividades legislativas do presente ano.

Essa é a dúvida que temos. Não há um esclarecimento, não tem onde será aplicado isso, e, evidentemente, não podemos aprová-lo em tais condições. Por isso, apelo para que não aprovemos esse crédito aqui, hoje, e possa ter maior explicação e, posteriormente, com o relato da utilização dos recursos, voltemos a votar. Nenhum parlamentar se recusará, desde que esses recursos sejam, efetivamente, utilizados pela nossa população carente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. CHICO VIGILANTE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, peço verificação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Será feita a verificação, na Câmara dos Deputados.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE) – Sr. Presidente, como Líder do Partido da Frente Liberal na Câmara, o PFL recomenda o voto "sim" ao parecer do ilustre Relator, sem qualquer destaque ou emenda, exatamente como o parecer do ilustre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O PFL recomenda o voto "sim".

O SR. ARLINDO VARGAS (PTB – RS) – Sr. Presidente, a Liderança do PTB, na Câmara, recomenda o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O PTB recomenda o voto "sim".

O SR. CHICO VIGILANTE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, o Bloco de Oposição, na Câmara, vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Oposição vota "não".

O SR. BENEDITO DOMINGOS (PPB – DF) – Sr. Presidente, o Partido Progressista Brasileiro, na Câmara Federal, vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O PPB vota "sim".

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Liderança do Governo encaminha o voto "sim".

Concedo a palavra ao Secretário, Sr. Raimundo Carreiro Silva, para proceder a chamada.

(*Procede-se à chamada*)

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO REPRESENTATIVA
COMPOSIÇÃO: 16 DEPUTADOS E 7 SENADORES
PRESIDENTE: Sen. Geraldo Melo
VICE-PRESIDENTE:
SECRETÁRIO:

Lista de votação da 1ª Reunião da Comissão Representativa realizada
em 16/12/97, às 15 horas

SENADORES								
TITULARES					SUPLENTE			
	S	N	A	PFL		S	N	A
CARLOS PATROCÍNIO					1-LEONEL PAIVA			
JOEL DE HOLLANDA					2-FRANCELINO PEREIRA			
PMDB								
NABOR JÚNIOR					1-MARLUCE PINTO			
GILVAM BORGES					2-ONOFRE QUINAN			
PSDB								
GERALDO MELO					1-JOSÉ ARRUDA	ROBERTO		
BLOCO OPOSIÇÃO								
JÚNIA MARISE					1-EMÍLIA FERNANDES			
PTB								
ODACIR SOARES					1-REGINA ASSUMPTIO			

513 - n-2 = total = 15 / *[assinatura]*

DEPUTADOS								
TITULARES					SUPLENTE			
	S	N	A	PFL		S	N	A
AROLDO CEDRAZ	X				1-CLAUDIO CHAVES			
HUGO RODRIGUES DA CUNHA					2-JOÃO RIBEIRO	X		
OSÓRIO ADRIANO	X				3-JOSÉ EGYDIO			
BLOCO (PMDB-PSD-PRONA)								
JORGE WILSON	X				1-CARLOS MENDES			
LÍDIA QUINAN	X				2-JOÃO MAGALHÃES			
MARIA EL VIRA	X				3-NAIR XAVIER LOBO			
PSDB								
MARCONI PERILLO	X				1-FEU ROSA	X		
OCTÁVIO ELÍSIO	X				2-PEDRO HENRY			
SÍLVIO TORRES					3-RONALDO CÉSAR COELHO			
BLOCO (PT/PDT/PC do B)								
AGNELO QUEIROZ		X			1-SEVERINO ALVES			
CHICO VIGILANTE		X						
NILSON GIBSON								
PPB								
BENEDITO DOMINGOS	X				1-OSVALDO REIS			
MARCIO REINALDO MOREIRA	X				2-ROBERTO BALESTRA			
PRISCO VIANA	X				3-WIGBERTO TARTUCE			
PTB								
ARLINDO VARGAS	X				1-DUILIO PISANESCHI			

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Votaram sim 13 Srs. Deputados; e não 2.

Não houve abstenção.

Total: 15 votos.

O projeto está aprovado na Câmara dos Deputados.

Passa-se à votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Estamos em processo de votação, Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS) – Sim, mas V. Ex.^a está aguardando. Estamos em encaminhamento no Senado. Trata-se de declaração de voto em nome do Bloco e justificativa de voto.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Ex.^a fará sua declaração de voto após colhermos os votos dos Srs. Senadores. V. Ex.^a deseja orientar a Bancada?

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS) – Estou bastante orientada; represento o Bloco.

Eu gostaria de registrar que, com as ressalvas e as preocupações manifestadas, diante da importância que dedicamos ao trabalho da defesa civil e ao mérito dos serviços prestados e apelando mais uma vez para que os critérios, a distribuição e a aplicação desse dinheiro sejam devidamente demonstrados, vamos votar favoravelmente, até porque vamos trazer ao Plenário desta Casa o pedido de es-

clarecimento e de comprovação de onde chegou o recurso, para quem e de que forma foi distribuído.

Então, vamos votar favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – As Sr.^{as} e Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O Projeto está aprovado no Senado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI Nº 76, DE 1997-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito suplementar no valor de R\$ 150.000.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 9.438, de 26 de fevereiro 1997), em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito suplementar no valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da anulação parcial da dotação, indicada no Anexo II desta Lei, no montante especificado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília,

47000 – MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO												R\$ 1,00	
47101 – MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO												CREDITO SUPLEMENTAR	
ANEXO I												RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)													
ESPECIFICAÇÃO	E	M	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL		
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA				150 000 000			8 000 000	142 000 000					
ASSISTÊNCIA				150 000 000			8 000 000	142 000 000					
DEFESA CONTRA SINISTROS				150 000 000			8 000 000	142 000 000					
15.081.0178.2219				150 000 000			8 000 000	142 000 000					
COORDENAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL													
ORGANIZAR DEFESA PERMANENTE CONTRA AS CALAMIDADES PÚBLICAS E SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA, ESPECIALMENTE AS SECAS E INUNDAÇÕES VISANDO PREVENIR DESASTRES COLABORANDO NO ATENDIMENTO ASSISTENCIAL E NA RECUPERAÇÃO DAS LOCALIDADES ATINGIDAS SEM COMO NA MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL													
15.081.0178.2219.0004	3	30		150 000 000			8 000 000	142 000 000					
AÇÕES DE DEFESA CIVIL			151	80 000 000			8 000 000	80 000 000					
			151	90 000 000			8 000 000	90 000 000					
				90 000 000									
TOTAL SEGURIDADE				150 000 000			8 000 000	142 000 000					
AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL													

90000 – RESERVA DE CONTINGENCIA				90000 – RESERVA DE CONTINGENCIA								93 1 06		
ANEXO II				CREDITO SUPLEMENTAR										
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)				RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS										
ESPECIFICACAO				E	M	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
RESERVA DE CONTINGENCIA							150 000 000							
RESERVA DE CONTINGENCIA							150 000 000							
RESERVA DE CONTINGENCIA							150 000 000							
09 999 9999 9999 RESERVA DE CONTINGENCIA							150 000 000							
LEMBRAR DE FONTE COMPENSATORIA NA ABERTURA DE CREDITOS ADICIONAIS PARA DOTAÇÕES INSUFICIENTEMENTE PREVISIVAS														
09 999 9999 9999 0001 RESERVA DE CONTINGENCIA				5	60	151	150 000 000 150 000 000 150 000 000							
TOTAL SEGURIDADE							150 000 000							

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Em face de entendimento entre as Lideranças presentes a esta Comissão, a Presidência coloca em pauta, nesta reunião, nos termos permitidos pelo Inciso XI do art. 7º da Resolução nº 3, de 1990, do Congresso Nacional, o Projeto de Resolução nº 2, de 1997, do Congresso Nacional, que regulamenta a Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, que extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC, e dá outras providências.

Os avulsos dessa matéria estão distribuídos e se encontram sobre as bancadas dos Srs. Parlamentares.

A Mesa esclarece que a razão de ter sido considerada urgente a sua apreciação na presente reunião é a seguinte: no próximo dia 29, esgota-se o prazo para a regulamentação da lei cujo projeto de regulamentação pretendo submeter à Comissão. Portanto, antes de dar início à discussão, consulto à Comissão se concorda que a matéria seja apreciada.

O SR. CHICO VIGILANTE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

O SR. CHICO VIGILANTE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, o nobre Deputado Inocêncio Oliveira me procurou há pouco, indagando se tínhamos alguma objeção quanto a esta matéria ser votada hoje. Quero dizer que, em nome do Bloco de Oposição, estou inteiramente de acordo. Penso até que estamos votando tarde a regulamentação, ou seja, a nomeação do liquidante que vai executar a extinção do IPC.

Sr. Presidente, o Deputado Inocêncio Oliveira é testemunha de que, desde os meus primeiros discursos na Câmara dos Deputados, me posicionei contra o IPC. Desde o primeiro momento exigi o meu desligamento, mas infelizmente não foi possível. Hoje, para minha satisfação, quis o destino que possa estar votando esse projeto de resolução que parte para a liquidação definitiva do IPC. Portanto, quero dizer que há entendimento, estamos inteiramente de acordo com o projeto de resolução.

Quero louvar as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal por essa iniciativa. Fui um dos que lutaram muito para que chegasse esse momento da extinção definitiva do Instituto.

Portanto, o Bloco da Oposição, segundo entendimento com o Deputado Inocêncio Oliveira, está inteiramente de acordo com a aprovação desse projeto de resolução.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Não havendo objeção do Plenário, inclui-se na pauta desta reunião a apreciação do projeto já referido.

Discussão em turno único do Projeto de Resolução nº 2, de 1997, do Congresso Nacional, que regulamenta a Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, a qual extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC e dá outras providências, de autoria das Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Em discussão.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra, para discutir, ao nobre Senador José Roberto Arruda, Líder do Governo.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para facilitar os trabalhos, serei bastante rápido e farei o encaminhamento em nome da Liderança do Governo.

Esse projeto de resolução, preparado em conjunto pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, regulamenta a Lei nº 9.506, aprovada em 30 de outubro de 1997, para extinção do Instituto de Previdência dos Congressistas, o IPC.

Penso que nós, Senadores e Deputados presentes a esta reunião da Comissão Representativa do Congresso Nacional, vivemos um momento histórico, porque, há algum tempo, se algum de nós dissesse que conseguiríamos extinguir o Instituto de Previdência dos Congressistas seria chamado de visionário.

O Congresso Nacional foi tantas vezes criticado, algumas vezes injustamente, outras – é forçoso reconhecer – por motivos justos, mas, neste momento, Sr. Presidente, ele toma um passo definitivo para que Parlamentares não tenham privilégios na aposentadoria em relação a todos os outros cidadãos brasileiros.

Necessita-se da aprovação desse projeto de resolução, para que se faça a liquidação em tempo hábil e corretamente, nomeando-se o liquidante, e para que as providências legais e administrativas sejam tomadas já neste exercício.

Quero congratular-me, Sr. Presidente, com todos os Senadores e Deputados que votaram esta matéria e, principalmente, com os que estão nesta Casa hoje, já em pleno recesso parlamentar, para que o Bloco de Governo e o Bloco de Oposição juntos dêem uma demonstração de que o Congresso Nacional deseja reciclar-se e fazer com que os Par-

lamentares brasileiros não tenham nenhum tipo de privilégio em relação a todos os cidadãos.

Dessa forma, Sr. Presidente, encaminho favoravelmente a este projeto de resolução.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Ex.^a tem a palavra como líder, Deputado Inocêncio Oliveira.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE) Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Congressistas, esse projeto de resolução regulamenta o que já existiu de direito. Extinguimos o IPC por meio de uma PEC, aprovada nas duas Casas do Congresso Nacional, e esse projeto de resolução é uma lei necessária, já que se trata de um órgão **interna corporis**.

Em nome da Câmara, digo que votaremos esse projeto de resolução, porque ele atende os interesses da Casa e do País como um todo, neste momento em que se discute uma reforma do sistema previdenciário. No entanto, resguardamos o nosso direito de discutir em profundidade o art. 8º. Votaremos sem discussão, pois o dia 29 é o último dia do prazo para a nomeação do liquidante. Todos sabem que há um grande patrimônio a ser mantido e preservado em nome não só da instituição, mas da coisa pública de nosso País.

Estabelece o art. 8º:

"Art. 8º – O patrimônio do IPC será distribuído entre as Casas do Congresso Nacional na proporção de dois terços para a Câmara dos Deputados e um terço para o Senado Federal."

Gostaria que o liquidante examinasse em profundidade se essa é a proporção mais correta, uma vez que a Câmara se constitui de 513 Srs. Deputados e o Senado Federal, de 81 Srs. Senadores. A proporção talvez não fosse essa de dois para um, mas de cinco ou seis para um. O liquidante, então, terá também a missão de examinar se o patrimônio do IPC, com essa proporcionalidade, está fazendo justiça às duas Casas do mesmo Poder. Logicamente, somos o mesmo Poder e temos os mesmos direitos e obrigações.

Por isso, essa é a nossa intervenção. Louvamos que hoje o Congresso Nacional possa dar uma demonstração de que está à altura do momento político que vivemos. Discutimos o novo sistema previdenciário do nosso País; seria, portanto, um contrasenso que mantivéssemos determinados privilégios nesta própria instituição.

Essa é a nossa participação.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra à nobre Senadora Emilia Fernandes, para discutir.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, não fui consultada, como representante do Bloco, sobre a admissibilidade desta resolução na presente reunião; ouvimos os representantes na Câmara do Bloco de Oposição e do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Mesa ouviu o Plenário, Senadora.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS) – Pedi a palavra, mas não fui contemplada.

Quero dizer que, apesar disso, estamos plenamente de acordo em que esta matéria seja incluída, discutida, votada e aprovada. Quando o Bloco discutiu a questão da Previdência no Senado da República, um ponto foi defendido por unanimidade: o de que tínhamos de buscar um forma urgente de retirar essa situação privilegiada que é o Sistema de Previdência dos Congressistas.

Entendo que, diante da urgência e da necessidade, devemos ter os mecanismos para implementar aquilo que é o sentimento do Congresso Nacional: a extinção do que representava um privilégio em relação ao que é oferecido à grande maioria dos trabalhadores deste País.

Queremos dizer que somos favoráveis. Admitimos a discussão dessa matéria e votamos devido à necessidade de que se promova, urgentemente, a extinção desse instituto, que realmente representava uma situação muito incômoda e até afastava o Congresso Nacional daquilo que a grande maioria da sociedade deseja, que é algo mais justo e equilibrado, principalmente neste momento em que muitos direitos, considerados como privilégios, estão sendo retirados de outras pessoas.

Com essa medida, nós nos encaminharemos para a retirada desse privilégio, que é o sistema de aposentadoria dos Parlamentares.

Muito obrigada.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO.) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Deputado Marconi Perillo, para discutir.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, desde o início desta Legislatura, debatem-se, no Senado e na Câmara, as chamadas reformas tributária, administrativa e da Previdência. A sociedade acompanha, com muita expectativa, as decisões que estão sendo tomadas nas duas Casas em relação a elas.

Desde o princípio, o PSDB, o PFL, o PTB, o PPB e outros Partidos da base de apoio ao Governo Fernando Henrique Cardoso têm defendido ardentemente o apressamento da discussão e a aprovação dessas reformas, especialmente a do Estado.

Especialmente nós, da Bancada do PSDB e algumas outras, desde o início nos colocamos contra os privilégios e defendemos as reformas exatamente por condenar inúmeros privilégios que ainda persistem no Brasil.

Uma das primeiras providências que tomamos foi a de nos posicionar de pronto pela extinção do IPC – Instituto de Previdência dos Congressistas. Muitos colegas inclusive discordaram da extinção desse Instituto por entenderem não se constituir ele em privilégio. Entretanto, eu e muitos outros, desde o princípio, tivemos o entendimento de que o Congresso Nacional deveria dar o primeiro passo, o exemplo à Nação brasileira, acabando com este que é considerado pela sociedade brasileira como um privilégio.

O Congresso Nacional, nesta tarde histórica, extingue o IPC, cria a figura do liquidante, que irá proceder a todas as iniciativas necessárias à conclusão deste processo.

De modo que, pela Liderança do PSDB, quero parabenizar o Congresso Nacional por esta decisão séria, que nos coloca, mais uma vez, na mão da história, em favor das reformas e nos legitima para aprovarmos toda a reforma estrutural de que necessita o Estado brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Arlindo Vargas.

O SR. ARLINDO VARGAS (PTB – RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, quero cumprimentar a todos pela inclusão deste Projeto de Resolução nesta nossa reunião da Comissão Representativa.

Nós, Parlamentares, quando discutimos, estamos aprovando reformas. Quando estabelecemos nova maneira de fazer previdência neste Brasil para todo o povo brasileiro, quando nós aprovamos a reforma administrativa e tantas outras reformas que aqui temos que aprovar, estamos dando, nesse dia, uma demonstração de grandeza e indo ao encontro dos anseios do povo brasileiro. E esta Casa está iluminada ao extinguir o IPC, porque não se justifica que, quando retiramos algumas vantagens que o povo conseguiu, possamos nós, Parlamentares, continuar com as vantagens e as benesses que recebemos quando aqui chegamos.

Por isso, hoje é um dia histórico, e o Partido Trabalhista Brasileiro cumprimenta a todos os Parlamentares pela grandeza deste ato, que é a extinção do IPC, indo sempre, como disse, ao encontro dos anseios do povo brasileiro e pensando na grandeza deste Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Paiva.

O SR. LEONEL PAIVA (PFL – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quis Deus premiar-me por estar aqui neste momento, por ser um Senador da República e por ser membro desta Comissão.

Vejo os Parlamentares do Congresso brasileiro assumirem uma postura de justiça plena no tocante às questões sociais deste País. A extinção do IPC, que teve integral apoio e decisiva gestão do nosso Presidente Antonio Carlos Magalhães e do meu Partido, o PFL, traz à luz a qualidade do Congresso brasileiro e de seus membros. Orgulho-me por pertencer a este Congresso e agradeço a Deus pela oportunidade de fazer justiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o projeto no Senado Federal.

O Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1997 - CN

(Das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal)

Regulamenta a Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, que extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL resolve:

Art. 1º A liquidação do Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, criado pela Lei nº 4.284, de 20 de novembro de 1963, e extinto pela Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, terá início com a posse do respectivo liquidante e se concluirá em 1º de fevereiro de 1998.

§ 1º O liquidante acumulará o cargo de Diretor-Executivo do IPC.

§ 2º Durante o processo de liquidação, o liquidante exercerá as competências atribuídas ao Presidente do IPC, cujo mandato, juntamente com o do Vice-Presidente, encerrar-se-á com a sua posse.

§ 3º Encerrar-se-ão, igualmente, com a posse do liquidante, os mandatos dos membros dos Conselhos Deliberativo e Consultivo do IPC, cujas atribuições serão exercidas pela Mesa do Congresso Nacional.

§ 4º É extinta a Assembléia Geral do IPC.

§ 5º As funções de consultoria e assessoramento jurídico e técnico do IPC durante o processo de liquidação serão exercidas pelos órgãos próprios da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, conforme dispuser a Mesa do Congresso Nacional.

Art. 2º Compete ao liquidante, além do previsto nos §§ 1º e 2º do artigo anterior e no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.506, de 1997:

I - arrecadar, mediante termo próprio, os livros e documentos da entidade;

II - levantar os contratos e convênios firmados pela entidade, para submeter à Mesa do Congresso Nacional, uma proposta de rescisão ou aditamento daqueles que entender necessários;

III - efetuar o inventário dos bens móveis, confrontando-o com os registros pertinentes do Instituto, encaminhando uma proposta de sua destinação final à Mesa do Congresso Nacional;

IV - efetuar o arrolamento dos bens imóveis e encaminhá-lo à Mesa do Congresso Nacional, com uma proposta de sua transferência à responsabilidade da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;

V - articular-se com a administração da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, especialmente com a finalidade de transferir-lhes os direitos e obrigações do IPC;

VI - apresentar à Mesa do Congresso Nacional relatórios mensais de suas atividades;

VII - praticar os atos de gestão orçamentária, financeira, patrimonial, contábil e administrativa, inclusive de pessoal, da entidade extinta, que conservará a sua denominação, seguida da expressão “em liquidação”;

VIII - restituir à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal os bens desnecessários ao processo de liquidação;

IX - devolver ao órgão de origem os servidores não envolvidos no processo de liquidação;

X - efetuar o levantamento e a atualização das contribuições efetuadas pelos segurados do IPC, encaminhando-os à apreciação da Mesa do Congresso Nacional, para os fins do ressarcimento de que trata o § 5º do art. 1º da Lei nº 9.506, de 1997;

XI - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pela Mesa do Congresso Nacional para ultimar o processo de liquidação.

§ 1º O liquidante perceberá remuneração idêntica à devida ao Diretor-Executivo do IPC, que será custeada com recursos do próprio Instituto.

§ 2º O liquidante será substituído, em suas faltas e impedimentos, por servidor designado pela Mesa do Congresso Nacional.

Art. 3º Caberá aos órgãos próprios da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promover a devolução das contribuições dos segurados do IPC, prevista no § 5º do art. 1º da Lei nº 9.506, de 1997.

§ 1º Dos valores referentes à devolução das contribuições de cada segurado serão descontados os respectivos débitos com o IPC, acrescidos dos eventuais encargos contratuais.

§ 2º A Câmara dos Deputados e o Senado Federal preverão em suas propostas orçamentárias para o exercício financeiro de 1999, dotação específica para fazer face à devolução das contribuições de que trata este artigo.

Art. 4º A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, por intermédio de seus órgãos próprios, assumirão, progressivamente, a partir da posse do liquidante até 1º de fevereiro de 1999, o pagamento dos benefícios concedidos e a conceder pelo IPC, de conformidade com a Lei nº 9.506, de 1997, que permanecerão regidos pela Lei nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982, e legislação complementar.

§ 1º O liquidante do IPC se articulará com os órgãos próprios da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com vista a assegurar a transferência das obrigações do IPC com os seus segurados, de modo que não haja descontinuidade.

§ 2º Com o objetivo de dar cumprimento ao disposto neste artigo, as administrações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal designarão servidores para acompanhar o processo de transferência das obrigações do IPC com os seus segurados.

Art. 5º Caberá à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, conforme o caso, por intermédio de seus órgãos próprios, conceder e administrar os benefícios a serem concedidos dentro do Plano de Seguridade Social dos Congressistas, de conformidade com o que dispõem o art. 2º e seguintes da Lei nº 9.506, de 1997.

Art. 6º Cada Casa do Congresso Nacional promoverá a adaptação de sua estrutura administrativa, bem como disporá sobre os procedimentos necessários para dar cumprimento ao disposto nos arts. 3º, 4º e 5º.

Art. 7º Ressalvado o previsto na Lei nº 9.506, de 1997, é vedada a concessão, pelo IPC, a partir da publicação desta Resolução, de qualquer tipo de benefício a seus segurados.

Art. 8º O patrimônio do IPC será distribuído entre as Casas do Congresso Nacional, na proporção de duas terças partes à Câmara dos Deputados e uma terça parte para o Senado Federal.

Art. 9º A Mesa do Congresso Nacional expedirá as normas complementares necessárias à aplicação desta Resolução.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, eu apenas gostaria de desejar a V. Exas., aos Presidentes do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados, aos Srs. Líderes dos Partidos que aqui compareceram, a todos os Parlamentares brasileiros e a toda a sociedade brasileira um Natal com muita saúde, paz e harmonia e um Ano Novo de muito trabalho!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Muito obrigado. Retribuo os votos de um feliz Natal a V. Ex^a!

Agradeço a V. Exas. pela participação nesta reunião.

O SR. CHICO VIGILANTE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Ex^a tem a palavra, nobre Deputado.

O SR. CHICO VIGILANTE (Bloco/PT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber se está programada outra reunião da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Como sabe V. Ex^a, temos o dever de ficar à disposição da

sociedade e do País para nos reunirmos, quando das hipóteses previstas na Constituição e no Regimento do Congresso Nacional, dentro do prazo previsto no Regimento.

A Secretaria da Comissão ficará à disposição dos Srs. Senadores e dos Srs. Deputados, e estará funcionando normalmente nesta Casa do Congresso Nacional, e, se houver necessidade de convocação, os Srs. Senadores e os Srs. Deputados serão notificados com a antecedência regimentalmente exigida.

Naturalmente, todos estamos conscientes de que as nossas responsabilidades neste momento estão acrescidas, porque nos cabe representar o Congresso Nacional por um mandato que se encerra no próximo dia 14 de fevereiro.

O SR. CHICO VIGILANTE (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, é bom que todo o País tome conhecimento de que, por este mandato que exercemos com a maior satisfação, não recebemos absolutamente nada. É importante que isso fique registrado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Está registrado. É realmente bom que a opinião pública tome conhecimento disto.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 17 horas e 15 minutos.)

PÁGINA ORIGINAL EM BRANCO

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

PRESIDENTE: Senador NEY SUASSUNA (PMDB/PB)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado ARNALDO MADEIRA (PSDB-SP)

2º VICE-PRESIDENTE: Senador JEFFERSON PÉRES (PSDB/AM)

3º VICE-PRESIDENTE: Deputado JOÃO FASSARELLA (BLOCO - PT/PDT/PC do B/MG)

DEPUTADOS

TITULARES			SUPLENTE		
PFL					
ADAUTO PEREIRA	PB	5221	BENEDITO DE LIRA	AL	5215
ALEXANDRE CERANTO	PR	5472	VALDOMIRO MEGER	PR	5842
ARACELY DE PAULA	MG	5201	LAURA CARNEIRO	RJ	5516
BETINHO ROSADO	RN	5558	ROBERTO PESSOA	CE	5607
EULER RIBEIRO	AM	5544			
ROBSON TUMA	SP	5834			
JOSÉ ROCHA	BA	5908			
JÚLIO CÉSAR	PI	5654			
PAULO LIMA	SP	5507			
OSVALDO COELHO	PE	5444			
PAULO GOUVÊA	SC	5918			
LUIZ BRAGA	BA	5913			
SARNEY FILHO	MA	5202			

BLOCO PMDB/ PSD/PSL/PRONA

ALBÉRICO FILHO	MA	5554	HÉLIO ROSAS	SP	5478
CLEONÂNCIO FONSECA	SE	5824	JOSÉ CHAVES	PE	5436
ARMANDO ABÍLIO	PB	5805	SANDRO MABEL	GO	5803
BARBOSA NETO	GO	5566	SÍLVIO PESSOA	PE	5425
GENÉSIO BERNARDINO	MG	5571			
LÍDIA QUINAN	GO	5223			
NEUTO DE CONTO	SC	5209			
ODACIR KLEIN	RS	5228			
OSCAR GOLDONI	MS	5448			
PEDRO NOVAIS	MA	5813			
SILAS BRASILEIRO	MG	5932			
UDSON BANDEIRA	TO	5466			
JOSÉ PRIANTE	PA	5748			

PSDB

ARNALDO MADEIRA	SP	5473	B.SA	PI	5643
BÁSILIO VILLANI	PR	5634	EMERSON OLAVO PIRES	RO	5318
CECI CUNHA	AL	5727	OLÁVIO ROCHA	PA	5431
CIPRIANO CORREIA	RN	5839	YEDA CRUSIUS	RS	5956
DANILO DE CASTRO	MG	5862			
FLÁVIO PALMIER DA VEIGA	RJ	5246			
JOÃO LEÃO	BA	5320			
LEÔNIDAS CRISTINO	CE	5535			
MARCUS VICENTE	ES	5362			
PEDRO HENRY	MT	5829			
PIMENTEL GOMES	CE	5231			
ROBERTO ROCHA	MA	5529			

TITULARES**SUPLENTE****BLOCO PT/PDT/PC do B**

ARLINDO CHINÁGLIA	SP	5706	EURÍPEDES MIRANDA	RO	5252
CHICO VIGILANTE	DF	5627	INÁCIO ARRUDA	CE	5528
FERNANDO RIBAS CARLI	PR	5948	MARIA LAURA	DF	5475
GIOVANNI QUEIROZ	PA	5534	RENAN KURTZ	RS	5810
JOÃO COSER	ES	5514			
JOÃO FASSARELLA	MG	5283			
PAULO BERNARDO	PR	5379			
PAULO ROCHA	PB	5483			
SERAFIM VENZON	SC	5711			
SÉRGIO MIRANDA	MG	5462			

PPB

CLEONÂNCIO FONSECA	SE	5824	CARLOS AIRTON	AC	5745
FELIPE MENDES	PI	5640	SILVERNANI SANTOS	RO	5625
JOSÉ JANENE	PR	5608	VAGO		
LUÍS BARBOSA	RR	5340			
MÁRCIO REINALDO MOREIRA	MG	5819			
OSVALDO REIS	TO	5835			
ROBERTO BALESTRA	GO	5262			
FERNANDO RIBAS CARLI	PR	5948			
AUGUSTO NARDES	RS	5530			
VAGO					

PTB

ETEVALDA GRASSI DE MENEZES	ES	5322	JOSÉ BORBA	PR	5616
ISRAEL PINHEIRO	MG	5373			
RODRIGUES PALMA	MT	5528			

PSB

GONZAGA PATRIOTA	PE	5430	FERNANDO LYRA	PE	5901
------------------	----	------	---------------	----	------

PL

PEDRO CANEDO	GO	5611
--------------	----	------

SENADORES

TITULARES

SUPLENTE

PFL

CARLOS PATROCÍNIO	TO	4088	ROMEU TUMA	SP	2051
JONAS PINHEIRO	MT	2271	JOSÉ ALVES	SC	4055
JOSÉ BIANCO	RO	2231			
JÚLIO CAMPOS	MT	4064			
ROMERO JUCÁ	RR	2111			
EDISON LOBÃO	MA	2311			

PMDB

CARLOS BEZERRA	MT	2291	FERNANDO BEZERRA	RN	2461
FLAVIANO MELO	AC	3493	CASILDO MALDANER	SC	2141
JÁDER BARBALHO	PB	2441			
MARLUCE PINTO	RR	1101			
NEY SUASSUNA	PB	4345			
JOSÉ SAAD	GO	3149			

PSDB

COUTINHO JORGE	PA	3050	LÚDIO COELHO	MS	2381
JEFFERSON PÉRES	AM	2061			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES	2021			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301			

BLOCO PT/PDT/PSB/PPS

ANTONIO CARLOS VALADARES	SE	2201	ADEMIR ANDRADE	PA	2101
EDUARDO SUPPLY	SP	3213			
SEBASTIÃO ROCHA	AP	2241			

PPB

ERNANDES AMORIM	RO	2251	LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071
-----------------	----	------	--------------------	----	------

PTB

ODACIR SOARES	RO	3218/19			
---------------	----	---------	--	--	--

Atualizado em 28/01/98

EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS